



UC/FPCE\_2010

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**As representações sociais de africanos sobre a  
discriminação no contexto laboral e social português**

Luís Felipe Pina Tavares (e-mail: [luisfptavares@gmail.com](mailto:luisfptavares@gmail.com))

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do  
Trabalho sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Valentim

## **As representações sociais dos africanos no contexto laboral e social português: o impacto da discriminação racial**

Resumo

O presente estudo, tem por objectivo, analisar as representações sociais dos africanos residentes em Portugal. Esta análise terá em conta o contexto laboral, sendo que se tentará perceber se a discriminação racial contra os africanos continua a ter um papel activo. Pretende-se, deste modo, perceber qual o impacto que esta possível discriminação tem na vida dos 16 africanos que foram entrevistados. Os resultados indicam a existência da proliferação de “novas formas de racismo” e continuam a descrever um cenário menos positivo para um país, que foi considerado o primeiro em termos de políticas de integração, pelo relatório elaborado pela ONU em 2009 (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009, p. 39).

Para além disso, os conceitos de lusofonia, luso-tropicalismo e nacionalismo terão particular relevo neste estudo.

Palavras-chave: discriminação racial, contexto laboral, luso-tropicalismo, lusofonia, nacionalismo, africanos.

## **The social representations of the african people in the portuguese labor and social context: the impact of racial discrimination**

Abstract

The objective of the present study is to analyse the social representations of the african people living in Portugal. This analysis will concern the labor portuguese context. More specifically, we want to understand how active is racial discrimination and what is the impact in the 16 africans that had been interviewed. The results suggest that new forms of racism are rising and it describes a less positive scenario to a country that according to the UN report in 2009, indicated Portugal as the number one country in terms of integration policies (Human Development Report, 2009, p.38).

Moreover, the concepts of lusophony, luso-tropicalism and nationalism will have an important role in this study.

Key Words: Racial discrimination, labor context, luso-tropicalism, lusophony, nationalism, africans.

## **Agradecimentos**

Antes de mais, e porque sem ele não conseguiria, quero agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Joaquim Valentim, pois sem a orientação, o empenho, sinceridade, motivação, apoio, honestidade e sentido de responsabilidade dele a concretização desta tese não seria possível.

Para além disso, uma vez que, sem sujeitos para analisar, não era possível elaborar este trabalho, quero deixar, também, aqui o meu mais profundo obrigado, a todos os participantes desta investigação, que apesar de estarem a trabalhar e muitos deles terem uma vida difícil, disponibilizaram-se, prontamente, para serem entrevistados, dando um precioso e fundamental contributo.

De uma forma muito especial e sentida, quero agradecer, também, aos meus pais, aos meus irmãos e ao meu primo Luís, pois sem o apoio financeiro, o suporte emocional constante, encorajamento diário, as imensas lutas travadas, as aprendizagens fulcrais para a minha vida e muitas das vezes, o silêncio nas decisões tomadas, que me foram transmitindo ao longo de todo este percurso, o culminar do mesmo não seria, de todo, possível.

Quero agradecer, também, à equipa fantástica de docentes do NEFOG da FPCE-UC, pelo profissionalismo exemplar e pela motivação enorme que foram transmitindo a mim e aos meus colegas durante todo este percurso.

Para ti Inês, por todos os momentos de sabedoria, motivação, conforto e aconselhamento que me foram avivando a memória do porquê concluir este projecto e iluminando o norte quando este parecia perdido.

Por fim, mas também importante, quero agradecer a todas aquelas pessoas especiais (que não preciso identificar) que fizeram parte da minha vida académica e por forças maiores, se cruzaram na minha vida pessoal, tornando este projecto, ainda mais possível, através dos momentos de entreaajuda, apoio, encorajamento e convívio. Para todos vós, um mais sincero e profundo obrigado.

## Índice

Introdução .....	1
I - Enquadramento conceptual (revisão da literatura) .....	3
As representações sociais: definição e contextualização.....	3
Discriminação racial/ racismo e preconceito: antecedentes, evolução e actualidade.....	4
Luso-tropicalismo: definição e perspectivas.....	8
Lusofonia: definição e perspectivas .....	9
Nacionalismo/sentimento nacionalista: definição e perspectivas.....	10
Legislação portuguesa: aspectos essenciais .....	12
II - Objectivos .....	13
III - Metodologia.....	13
IV - Resultados .....	15
Dimensão I - Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social.....	16
Dimensão II - Representações sociais da lusofonia, luso-tropicalismo: o papel dos laços estabelecidos.....	18
Dimensão III - Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos .....	19
V - Discussão .....	20
Dimensão I - Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social.....	20
Dimensão II - Representações Sociais da Lusofonia, luso-tropicalismo.....	23
Dimensão III - Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos .....	25
VI - Conclusões.....	27
Bibliografia .....	29
Anexos .....	33

“A partir do momento em que um homem precisou do auxílio de outro, a partir do momento em que se aperceberam ser útil a um só possuir provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade introduziu-se, o trabalho tornou-se necessário, e as vastas florestas transformaram-se em campos vicejantes que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem entre as colheitas” (Rousseau, 1755, pp. 92-93, cit. por Lima & Vala, 2004).

## Introdução

Longínquos são os tempos em que assuntos como a discriminação racial entre os povos e o sentimento nacionalista dos mesmos avassalaram e alteraram a história da humanidade (Snowden, 1995, cit. por Lima & Vala, 2004). Mas não é necessário recuarmos muito no tempo para enumerarmos uma série de tragédias que foram sucedendo ao longo dos séculos, simplesmente porque determinado sujeito tinha uma cor e/ou fisionomia diferente, uma religião pouco consensual, ou outra característica qualquer, que aos olhos de quem discriminou (autoridade, grupo ou indivíduo) a concepção de igual e diferente não eram similares.

Nos dias que correm, apesar de em moldes diferentes, essa mesma discriminação e esse mesmo sentimento nacionalista tem vindo a afectar a vida de muitas comunidades, mais especificamente, a comunidade africana residente no nosso país. A elaboração desta tese prende-se, precisamente com este assunto, especificamente com o contexto laboral português, tendo em conta todas as dificuldades e barreiras que isso acarreta para os lesados de todo este processo.

Mais do que no contexto laboral português e na sociedade em geral, é importante também realçar, embora esse seja um assunto de outras investigações, o papel dos meios de comunicação social, sendo estes, um veículo muito poderoso na construção da mentalidade dos cidadãos. Infelizmente, são muitas vezes os responsáveis pela representação dos imigrantes como indivíduos que nos vêm “roubar os empregos” ou que vivem “às custas do contribuinte”, demonstrando um medo irracional de ameaça à própria cultura, toldando a opinião pública e influenciando de forma negativa a postura dos portugueses perante outros grupos e/ou etnias (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009, p.3; Vala, Pereira & Ramos, 2007).

No que respeita à potencial discriminação no contexto da sociedade portuguesa, a título de exemplo, podemos enunciar o caso do “pseudo-arraстão” de Carcavelos (que supostamente sucedeu a 19 de Junho de 2005),

onde numa tarde de praia, alguns indivíduos assaltaram, efectivamente, alguns banhistas, mas não à escala que os meios de comunicação transmitiram na altura. Deram-se sucessivos erros, chegando a PSP local a admitir que foi pressionada no sentido de fornecer informações com pouca fidedignidade. Após este incidente, a CP divulga imagens de africanos a furtarem alguns passageiros (ACIME, 2006).

Historicamente, com o desenrolar dos descobrimentos, Portugal dominou uma vasta área mundial, descobrindo novas culturas tendo explorado até há pouco tempo o continente Africano, exercendo um domínio colonial de aproximadamente quinhentos anos. Mais recentemente, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a vigência do Estado Novo em Portugal, António Oliveira Salazar viu-se obrigado a uma nova definição estatutária para a caracterização das suas colónias espalhadas pela África e pela Ásia. Salazar sabia que, se não tomasse medidas urgentes naquela altura de redefinição do desenho geopolítico internacional, os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas e emergentes concepções liberalizantes que emergiam de todas as partes do mundo (Macedo, 2009).

Contudo, o distanciamento cada vez mais evidente de Portugal face à Europa, a queda dos regimes nazi e fascistas (Hitler, Franco e Mussolini) e com a conseqüente criação da ONU<sup>1</sup> (Organização das Nações Unidas criada em 26 de Julho de 1945), a emergência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA e os movimentos de libertação das colónias na Europa (Lima & Vala, 2004), Portugal vê-se pressionado a dar a independência às respectivas colónias, tendo este processo originado a guerra do ultramar entre 1961 e 1974 (O Portal da História, 2008).

Durante todos estes acontecimentos, termos como o luso-tropicalismo e lusofonia começaram a ganhar ímpeto, sendo que, o primeiro foi cunhado pelo antropólogo Gilberto Freyre na década de 30 (Valentim, 2005).

Assim, falando especificamente do que será abordado nesta tese, a temática da discriminação racial assume contornos e relevo importante, uma vez que é esse o cerne de todo este trabalho. A discriminação a que nos estamos a referir é a que poderá ou não existir no contexto laboral e terá como base as representações sociais dos africanos, estudadas através de uma investigação qualitativa (dezasseis entrevistas a africanos que trabalham na área da restauração na cidade de Coimbra). As entrevistas serão tratadas através da análise de conteúdo (Bardin, 2004).

Relativamente ao panorama português, especificamente no contexto laboral, este é um fenómeno com dimensões consideráveis, sendo merecedor de mais investigações com o objectivo final da exposição de conclusões que contribuam para, num patamar superior, haja a possibilidade de alteração de mentalidades e políticas sociais no nosso país, nomeadamente junto das entidades patronais e autoridades governamentais nacionais.

---

<sup>1</sup> A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança mundial, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos (UN, 2009).

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

## I - Enquadramento conceptual (revisão da literatura)

### As representações sociais: definição e contextualização

Uma vez que o tema central desta tese são as representações sociais dos africanos, revela-se pertinente, senão mesmo necessário, definir o conceito em questão. Assim sendo, segue-se uma breve contextualização do mesmo para que o possamos compreender e, mais à frente, integrá-lo na análise dos dados recolhidos.

Contudo, antes de prosseguir com essa mesma contextualização, revela-se importante ter em conta que, apesar de este ser um “domínio em expansão” (Jodelet, 1989c, cit. por Valentim, 2003, p.17), esta teoria continua a ter um papel minoritário no contexto da psicologia social. Isto porque na Europa, e de acordo com Vala (1993a, p.386, cit. por Valentim, 2003, p. 18), predominam as abordagens caracterizadas por uma concepção dos indivíduos como processadores de informação.

As representações sociais podem caracterizar-se pela correspondência com modelos de imagens, crenças e comportamentos simbólicos. Por outras palavras, uma série de proposições que permitem classificar coisas e pessoas, descrever as suas características, sentimentos e acções. De acordo com um ponto de vista mais dinâmico, as representações sociais aparentam ser uma rede de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas, sendo desta forma mais fluidas (Moscovici, 2000, pp.152-153).

Esta teoria surgiu na Europa, em 1961, a partir da publicação de “*Psychanalyse: son image et son public*”, de Serge Moscovici. Oriunda da psicologia social, contrasta com os estudos realizados na tradição americana, que é tida como o terreno onde floresceu esta disciplina. Segundo Farr, foi Émile Durkheim (1898, cit. por Duveen & Lloyd, 1980) o primeiro a delinear as linhas gerais do mesmo, pois é com este autor que começa a ser feita uma reflexão sobre as representações sociais que posteriormente, têm continuidade com Moscovici (Duveen & Lloyd, 1990).

Segundo Palmonari e Doise (1986), as representações sociais constituem um objecto de estudo, sendo dotadas de uma realidade própria, conseguindo, deste modo, estabelecer um ponto sólido de desenvolvimento, onde a psicologia social se pode apoiar.

Assim sendo, de que formas os pensamentos podem ser considerados como partes integrantes do ambiente que nos rodeia? Todos nós estamos rodeados, tanto a nível individual como colectivo, por palavras, ideias e imagens, as quais penetram os nossos olhos, os nossos ouvidos e a nossa mente, quer queiramos ou não e mesmo sem muitas das vezes nos apercebermos que isso acontece (Doise & Palmonari, 1986; Moscovici, 2000).

De acordo com Moscovici (2000, p. 22) se aceitarmos que existe sempre uma certa quantidade de autonomia e restrição em todos os ambientes, quer sejam eles naturais ou sociais, e nos dias que correm consideramos ambos, podemos alegar que as representações têm, de forma

exacta, dois papéis, sendo o primeiro a convencionalização dos objectos e o segundo a característica prescritiva das mesmas.

Relativamente ao primeiro ponto, e usando outras palavras, quando nos referimos a esta dita convencionalização dos objectos, pretendemos explicar o que Moscovici (1976, cit. por Valentim, 2003, p. 27) define como objectivação. Por outras palavras, este processo permite que as noções abstractas adquiram materialidade, sendo “coisificadas”, levando a que os indivíduos reconheçam essas noções pelas suas características particulares. Tome-se o exemplo do comunismo, com a cor vermelha, a estrela na bandeira, entre outros indicadores conhecidos mundialmente (Moscovici, 2000, p. 22). Estas têm impacto sobre os objectos, mas também sobre as pessoas e eventos, atribuindo-lhes uma forma definitiva, localizando-as numa determinada categoria e gradualmente estabelecendo-as como um modelo de um certo tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.

No que respeita ao segundo, ou seja, à natureza prescritiva das representações, Moscovici (2000, p. 23) afirma que estas impõem uma força irresistível sobre os seres-humanos, sendo esta uma combinação da estrutura que nos é apresentada antes de começarmos a pensar, juntamente com uma tradição que nos dita o que devemos pensar.

Deste modo, o primeiro passo nesta direcção foi dado por Piaget (cit. por Moscovici, 2000, p. 137) aquando do seu estudo com crianças sobre as representações do mundo das mesmas. Para além disso, partindo do ponto de vista de Durkheim (cit. por Moscovici, 2000), as representações colectivas, descrevem uma quantidade abrangente de formas intelectuais, nas quais se incluem a ciência, religião, mitos, modalidades de tempo e espaço, entre outros.

Actualmente, as representações sociais constituem uma área em franca expansão, continuando a atrair novos investigadores por toda a Europa, América do Sul, Austrália e mesmo nos Estados Unidos da América. Já existe, inclusivé, uma revista específica da área “*Papers in Social Representations*”, um programa de doutoramento em representações sociais e comunicações e uma vasta rede internacional dedicada ao tema (Howarth, 2006).

### **Discriminação racial/ racismo e preconceito: antecedentes, evolução e actualidade**

As percepções sociais do racismo e preconceito possuem uma larga história tendo sofrido alterações na sua concepção e entendimento desde a Grécia antiga, sendo que a forma de encarar estes conceitos foi sofrendo alterações ao longo dos tempos. Essas alterações estão patentes, por exemplo, no contexto de escravidão praticado na Grécia antiga, onde se constatava que o preconceito era para com os escravos na sua generalidade, sendo eles, maioritariamente brancos. Hoje, curiosamente, a realidade é muito diferente.

Estas concepções (de racismo e preconceito) parecem adquirir maior importância em sociedades nas quais imperam os partidos nacionalistas, e



onde os discursos xenófobos e racistas adquirem poder e proliferam, tornando-se cada vez mais poderosos, como nos casos de alguns países da Europa (e.g. França, Áustria, Holanda e Itália).

A Psicologia tem usado uma panóplia de termos para descrever o conceito de preconceito. Termos como, discriminação, etnocentrismo, favoritismo do endogrupo, derrogação do exogrupo, antagonismo social, estereótipo, entre outros. De forma geral, este conceito está relacionado com atitudes negativas ou comportamentos contra um indivíduo devido à sua pertença a um determinado grupo. Para além disso, é uma atitude irracional e errónea (Augoustinos & Reynolds, 2001). Por outras palavras, e segundo Allport (1954, cit. por Lima & Vala, 2004), o conceito de preconceito pode-se definir como uma atitude hostil contra outro indivíduo, simplesmente porque este pertence a um grupo não valorizado e reconhecido socialmente.

Contudo, racismo, por sua vez, constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um determinado indivíduo ou toda uma categoria social (considerada como diferente) tendo por base alguma marca física externa (podendo ser real ou imaginada). Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) características como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna). Por outras palavras, Guimarães (1999, cit. por Lima & Vala, 2004, p. 402) descreve o racismo como “uma redução do cultural ao biológico, uma tentativa de fazer o primeiro depender do segundo”.

Importa, também, realçar que outra diferença entre o conceito de racismo e preconceito, é a de que o racismo existe não só a um nível individual, mas também ao nível institucional e cultural tendo sempre em conta o papel do poder nas relações estabelecidas entre os diversos actores envolvidos (Augoustinos & Reynolds, 2001; Jones, 1972, cit. por Lima & Vala, 2004)

Uma vez que o racismo aparece, também, a um nível institucional, convém transportar esta caracterização de Jones (1972, cit. por Lima & Vala, 2004) para esta tese, constatando que algumas das instituições em causa, especificamente alguns dos locais de trabalho, têm por “natureza”, chamemos-lhe assim, características discriminatórias e racistas.

Como é do interesse desta tese constatar a existência ou inexistência de discriminação racial no contexto laboral português, ficaremos pela análise dos documentos que à Europa, e em particular Portugal, dizem respeito. Para tal, podemos abordar, mesmo que de forma sucinta, o Eurobarómetro, documento que em 1997, demonstrou que os europeus consideravam que existiam “demasiados” estrangeiros a viver no seu país (Zick, Pettigrew & Wagner, 2008).

De acordo com as palavras de Deschamps, Vala, Marinho, Lopes e Cabecinhas (2005), que corroboram o que os autores atrás mencionados referem acerca do Eurobarómetro de 1997, estes acrescentam, ainda, que a presença de indivíduos de outra raça, religião e cultura, num país que não o seu, dá origem a avaliações e crenças negativas por parte dos habitantes desses mesmos países, tais como “são muitos estrangeiros no nosso país”, “eles tiram proveito do sistema social”, “eles contribuem para a

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

insegurança” e, fazendo jus ao contexto laboral, “eles contribuem para o desemprego” (Brika, Lemaine & Jackson, 1997; Deschamps & Lemaine, 2004; Thalhammer, Zucha, Enzenhofer, Salfinger & Orgis, 2001, cit. por Deschamps, Vala, Marinho, Lopes & Cabecinhas, 2005).

Por outro lado, o questionário social da Europa (*ESS - European Social Survey*, Zick, Pettigrew & Wagner, 2008), de 2002 revelou que a discriminação e o preconceito étnico estavam bem difundidos por toda a Europa, revelando que as diferenças entre os países eram nítidas. Relativamente ao caso de Portugal, os autores apresentam um gráfico onde está patente a média de acordo entre os imigrantes relativamente à “habitabilidade” de alguns países. Este gráfico é composto por uma escala de 0 a 10 (sendo 0 = pior país para se viver e 10 = melhor país para se viver), e onde Portugal ficou classificado negativamente, ficando na penúltima posição, à frente da Grécia e atrás dos restantes dezoito países (Zick, Pettigrew & Wagner, 2008).

No mesmo seguimento, o Eurobarómetro do ano de 2007, número 263, dedicado à “Discriminação na União Europeia” (p.82), revelou que a discriminação está disseminada por toda a Europa (tendo em conta as diferenças históricas entre países e questões socioeconómicas) sendo que em cada dez inquiridos, seis relataram ter a percepção que a discriminação com base na origem étnica aumentou nos últimos cinco anos.

Contudo, Zick, Pettigrew & Wagner (2008), enunciam a necessidade de mais estudos longitudinais para que se possam analisar estas questões de uma forma mais aprofundada, sendo que, no entanto, estes são escassos. Isto conduz a que muitos dos estudos que existem nos países europeus derivem de estudos não inter-relacionados e que utilizam diferentes medidas, escalas e público-alvo, revelando assim, resultados diferentes e pouco contundentes.

Na actualidade, a possível extinção das variadas formas de racismo e preconceito não passou de uma reformulação dos mesmos conceitos, levando a que Lima e Vala (2004) apelidassem este aspecto de “novos racismos e novos preconceitos”.

Mais, algumas investigações, indicam, ainda, a existência de uma “consideração” racial no que respeita a dar emprego, avaliações e respostas contra as pessoas de raça negra (Brown & Ford, 1977; Hitt, Zikmund & Pickens, 1982; McConahay, 1983; McRae, 1991; Rand & Wexley, 1975; Triandis, 1963, cit. por Stewart & Perlow, 2001). Ainda neste sentido, segundo o artigo elaborado em 2009, por Jones, Ni e Wilson (2009), os trabalhadores afro-americanos e hispânicos acreditam ser discriminados e tratados de forma injusta nos respectivos locais de trabalho, comparativamente com os seus colegas brancos (Dixon et al., 2002, cit. por Jones, Ni & Wilson, 2009). De acordo com os mesmos autores, os trabalhadores afro-americanos e hispânicos, relatam níveis de satisfação mais baixos no trabalho, que podem conduzir a elevadas taxas de absentismo.

Ainda neste sentido, Wadsworth, Dhillon, Shaw, Bhui, Stansfeld e Smith (2006), afirmam que as desigualdades sociais e económicas, minadas pela discriminação racial são as causas primordiais que afectam a saúde psicológica e física das minorias étnicas envolvidas. Constatam, ainda, num

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

estudo realizado nos Estados Unidos da América, que o preconceito verificado aos níveis institucionais e interpessoais no contexto laboral é o maior preditor da baixa satisfação laboral entre as mulheres afro-americanas, mesmo em comparação com as variáveis de baixo poder de decisão e sobrecarga de trabalho (Wadsworth et al., 2006, p. 23). Por outro lado, alguns estudos indicam a existência de uma discriminação em termos de favorecimento dos candidatos brancos em detrimento dos candidatos negros (McIntyre, Moberg & Posner, 1980; Newman, 1978, cit. por Stewart & Perlow, 2001).

No que concerne ao favorecimento dos candidatos brancos em detrimento dos candidatos negros, constatado pelos autores atrás mencionados, Gwartney (1970, cit. por Hitt, Zikmund & Pickens, 1982), reforçou que no que respeitava aos salários auferidos nos Estados Unidos da América na década de 80, os indivíduos de raça negra do sexo masculino, tinham um rendimento entre 13 a 19% mais baixo, comparativamente com os indivíduos de raça branca (tendo em conta as diferenças dos níveis de escolaridade máxima atingidos por ambas as raças). Neste sentido, Aigner e Cain (1977), abordaram o conceito de discriminação económica, procurando perceber o porquê de dois grupos (negros e brancos) terem os mesmos níveis de produtividade numa qualquer organização, tendo contudo, salários diferentes.

Analisando de uma forma mais aprofundada a questão dos “novos racismos e novos preconceitos” enunciados por Lima e Vala (2004), podemos encontrar uma ligação directa do novo tipo de preconceito (o denominado pelos autores de preconceito subtil), com o grupo alvo das minorias culturais provenientes das antigas colónias de alguns países europeus, como é o caso de Portugal. Este tipo de preconceito, foi analisado por Pettigrew e Meertens (1995, cit. por Lima & Vala, 2004) que baseando-se em Allport (1954, cit. por Lima & Vala, 2004) distinguiram preconceito flagrante (*blatant*) de preconceito subtil (*subtle*).

No que respeita ao primeiro conceito, existem duas dimensões que o compõem, sendo a primeira a ameaça e rejeição do exogrupo e a segunda a “rejeição da intimidade ao contrato íntimo” (Pettigrew & Meertens, 1995, cit. por Lima & Vala, 2004). Relativamente ao segundo conceito, este é composto por três dimensões sendo a primeira a defesa dos valores tradicionais, a segunda, o exagero das diferenças culturais e a última a negação das emoções positivas (Pettigrew & Meertens, 1995, cit. por Lima & Vala, 2004).

Finalizando esta parte, poderíamos enumerar outros tantos autores e outras tantas perspectivas, embora não seja esse o objectivo. Assim, terminamos esta parte com a afirmação de que longa parece ser a jornada no que concerne ao respeito e consideração pelos direitos fundamentais entre as várias etnias, sendo que as novas expressões do racismo são disfarçadas e indirectas caracterizando-se pela intenção de não ferir a norma da igualdade<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo o site do ACIDI (2009), a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foi criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto. Esta Lei tem como objecto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as formas e representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

entre as diferentes “raças”. Não se pretende afirmar que as formas mais tradicionais do racismo, típicas das relações racializadas dos séculos XVIII, XIX e início do XX, deixaram de existir ou perderam a sua importância. Revela-se, por outro lado, importante, referir que estas novas expressões de racismo convivem com a norma anti-racista e que “como uma erva daninha, nasce nas suas brechas” (Lima & Vala, 2004, p. 408).

### **Luso-tropicalismo: definição e perspectivas**

O luso-tropicalismo foi uma teoria proposta pelo antropólogo Gilberto Freyre na década de trinta do século XX e teve como objectivo explicar a construção da identidade do Brasil (Almeida, 2008; Vala, Lopes & Lima, 2008; Valentim, 2003). Os pilares e as principais ideias desta teoria, surgiram com a publicação da obra *Casa Grande & Sanzala* em 1933. No entanto, a expressão propriamente dita, começou a surgir um pouco mais tarde, aquando das conferências realizadas por Freyre em Goa e em Coimbra no início da década de 50 (Valentim, 2003, p. 76.).

Esta teoria foi apropriada pelo regime ditatorial salazarista, tendo Salazar o propósito de legitimar o colonialismo português, exaltando a inexistência de racismo nas colónias portuguesas, bem como a existência de uma aparente empatia por parte dos portugueses para como as outras pessoas, nomeadamente os indivíduos de raça negra (Valentim, 2003, cit. por Vala, Lopes & Lima, 2008; Valentim, 2003; Castelo, 1999; Freyre, 1933). Nos dias que correm, este conceito ainda é considerado uma parte integrante da identidade nacional portuguesa.

Podemos definir luso-tropicalismo como uma suposta capacidade especial do povo português para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos, podendo levar à criação de “sociedades multirraciais, harmoniosamente integradas, berço de uma civilização com características próprias” (Alexandre, 1999, pp. 391-392, cit. por Valentim, 2003, p. 75; Valentim, 2005). Por outras palavras, este fenómeno pode ser entendido com base numa hipotética existência de um traço cultural específico nacional: “a natural capacidade e habilidade do povo lusitano para se relacionar com pessoas vistas como diferentes”. Este traço seria explicado pelas relações coloniais que pautaram grande parte da história de Portugal, estabelecendo um impacto positivo entre portugueses e imigrantes (Vala, Lopes, & Lima, 2008).

Por outro lado, e partindo de um ponto de vista mais claro e objectivo, revela-se difícil acreditar que as relações entre os portugueses e os povos colonizados fossem sempre cordiais. Não precisamos de pesquisar aprofundadamente para depararmos com os relatos de De las Casas (1552), que nos seus escritos deixou patente que a exterminação de colonos não foi

---

sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

só levada a cabo por espanhóis (em relação aos índios), mas também foi perpetrada pelos portugueses no que respeita aos povos de raça negra (De las Casas, 1552, cit. por Vala, Lopes & Lima, 2008). É de notar que entre 3 a 18 milhões de africanos foram feitos escravos e transportados para o Brasil, sendo que a colonização portuguesa neste país, conduziu à morte de 5 milhões de nativos (Munanga, 1996; Schwarcz, 2006, Vala, Lopes & Lima, 2008).

Curiosamente, Vala, Lopes e Lima (2008), na investigação que elaboraram para analisar se o luso-tropicalismo teria impacto na saliência da norma de anti-preconceito no nosso país e, na ausência da associação usual entre identificação nacional (mais comumente designado de nacionalismo ou sentimento nacionalista) e preconceito, constataram que a representação do luso-tropicalismo pode ter uma contribuição na explicação da prevalência da norma de anti-preconceito e que pode, também, suprimir o impacto do suposto nacionalismo no mesmo. No entanto, os autores ressaltam que esta representação do luso-tropicalismo poderá proteger os portugueses contra a opinião pública no que respeita ao preconceito, mas não os “protege” contra as novas formas escondidas de preconceito como a inferiorização cultural, sendo este, mais uma vez, um aspecto a ter em conta ao longo desta tese.

### **Lusofonia: definição e perspectivas**

São inúmeras as referências ao conceito de lusofonia, pelo que explicitaremos somente aquelas que nos parecem mais importantes de forma a complementarem-se e a facilitar a compreensão do conceito em si. Deste modo, por lusofonia, entende-se uma comunidade pautada pela fraternidade e afinidade entre povos ligados por uma história e por uma língua comuns (Valentim, 2003, p. 90).

Para tal, assinou-se em 17 de Julho de 1996, a declaração constitutiva que daria origem à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Esta é constituída pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor (Valentim, 2003; Sousa & Pinto, 1999).

Segundo Sousa e Pinto (1999), o conceito de lusofonia conduz-nos ao domínio da língua portuguesa, sendo que um lusófono é um falante da língua portuguesa. Mas, para além do domínio puramente linguístico, temos que ter em conta três interpretações inter-relacionadas. Num primeiro nível, a lusofonia é um espaço geo-linguístico disperso por várias regiões, países, sociedades cuja língua oficial é o português. Num segundo nível, a lusofonia é um sentimento, uma memória de um passado comum, fazendo parte da história e da cultura. Num último nível, a lusofonia pode-se entender como um conjunto de instituições políticas e culturais cujos objectivos são desenvolver a cultura e língua portuguesas nesses mesmos espaços (Léonard, 1999, p. 438, cit. por Sousa & Pinto, 1999).

De acordo com Martins (2004) e na mesma lógica de pensamento, a lusofonia pode-se caracterizar por uma particular categoria de palavras, com as quais encenamos a relação entre o nós e os outros, sendo que usamo-las

para exprimir pertenças, identidades e mesmo para delimitar territórios.

No entanto, tendo uma posição mais crítica e também de alguma forma trazendo a parte negativa deste fenómeno, Baptista (2002, cit. por Sousa, 2005), afirma que este conceito, apesar da retórica oficial, não pode ser percebido como “inocente” remetendo para citação de Eduardo Lourenço (in Baptista, 2000, cit. por Sousa, 2005).<sup>3</sup>

Através destas definições, podemos facilmente compreender o conceito em questão e integrá-lo no que será, também, uma parte importante dos objectivos de estudo nesta tese, sendo que os entrevistados são todos provenientes de países que constituem a CPLP.

### **Nacionalismo/sentimento nacionalista: definição e perspectivas**

Antes de prosseguirmos com uma definição do conceito de nacionalismo, revela-se importante contextualizar o mesmo, uma vez que foi sofrendo alterações desde a revolução Francesa.

No início do século XX, a separação da Hungria e Áustria do império otomano, e o conseqüente estabelecimento de várias outras nações como independentes, através dos tratados de paz elaborados no fim da Primeira Guerra Mundial, deram ímpeto a um dos princípios do nacionalismo: a auto-determinação das nações. Paralelamente a este reconhecimento, todas as nações, pequenas e grandes, começaram a clamar pela sua superioridade nacional. Foi deste modo que, com o surgimento desta característica, na Alemanha, emergiu, ainda com mais força, o regime nazi com a particularidade da “raça ariana”, a necessidade mórbida de exterminar os judeus e a vontade de aumentar o poderio territorial por toda a Europa, dando origem, alguns anos depois, à Segunda Grande Guerra (Auer, 1997).

Assim, podemos afirmar que foram os movimentos nacionalistas que estiveram na génese dos regimes autoritários que ascenderam ao poder a partir da década de 30. A escola, por sua vez representou sempre um papel importante em todos os momentos da história sendo que, neste caso, não foi excepção, conduzindo a uma laicização do ensino para que se implantassem cada vez mais, os valores do nacionalismo junto das populações mais jovens (Keane, 1993).

Para além disso, de acordo com Valentim (1997), podemos, ainda, mencionar que, mais do que um veículo de “implantação” de ideologias, a escola, aquando do seu nascimento, permitiu a generalização da cultura escrita (até então, já existiam culturas com registos escritos da sua história, mas só tinham acesso a estes um número restrito de indivíduos). Por outro lado, Valentim (1997, p.12) afirma, ainda, que a escola encontra-se estritamente ligada ao nascimento dos Estados-nação, uma vez que é esta que estandardiza a instrução que se pretende dar à população em geral.

---

<sup>3</sup> “We cannot be neither hypocritical nor voluntarily blind: the dream of a Portuguese language community, finely or poorly dreamed, is by nature – wich is above all history and mythology – a dream whose root, structure and purpose is related with the Lusiad amplitude” (in Baptista, 2000, p.1, cit. por Sousa, 2005, p. 3).

Assim, percebe-se o papel da escola aquando dos regimes nazi e fascistas, porque foi através da mesma que os líderes dos mesmos, conseguiram “formatar” as populações mais jovens em prol do regime que pretendiam implantar.

Mais recentemente, o nacionalismo cresceu de uma forma ainda mais radical com o fim do império soviético (Billig, 1995, p. 90), o colapso da antiga Jugoslávia na década de 90, o crescimento do fundamentalismo muçulmano, os acontecimentos trágicos no Ruanda, entre outros. Assim, os movimentos xenófobos e separatistas, nasceram não só em estados recém estabelecidos mas começaram a emergir e a proliferar um pouco por todo o mundo (Miscevic, 2005).

Neste sentido, o nacionalismo de alguns países, ainda é utilizado, embora mais concentrado nas identidades históricas e culturais dos povos, por sectores racistas para sustentar as diferenças étnicas que levam à emergência de formas radicais do próprio racismo. Por outro lado, há autores que distinguem os conceitos de nacionalismo e patriotismo, sendo este último, o sentimento de lealdade, devoção e amor à pátria e ao grupo enquanto o primeiro, se refere a uma perspectiva de superioridade étnico-cultural (Vieira & Anes, 2006).

De acordo com Billig (1995), o nacionalismo, é uma concepção construída na primeira pessoa do plural, ou seja, o “nós”, e a questão que é importante colocar passa pela forma como este “nós” é construído e o que é relevante para a sua construção. Assim, Billig (1995) caracteriza este conceito pela noção da existência de “um nosso” grupo, um “nós”, numa forma particular e não só diferente da do “outro”, sendo a cultura e a linguagem aspectos importantes designadas como “nossas” e sendo transmitidas como que geneticamente por cada povo.

Por outro lado, Billig (1995) lança, ainda, a ideia de identidade como ponto de partida para explicar a noção de nacionalismo, as representações sociais de nação e patriotismo. Traça, deste modo, o nacionalismo como uma identidade nacional, isto é, nas formas de concepção do “nós”, na nação e na concepção dos outros, identificando-nos como diferentes. Reforça, ainda, a importância da sua dimensão temporal, dando o alerta para que cada nação assegure a sua própria história, apelando à continuidade destas (Billig, 1995, pp. 65-67).

Para este autor, o racismo é uma forma de diferenciação entre, por exemplo, duas raças, através do senso comum, ainda que de uma forma inconsciente, transportando esse aspecto para a diferença entre as nações. Este fenómeno distingue uma raça de outra, ou seja, a “nossa” raça da do “outro”, a nossa comunidade racial e a do outro. Neste sentido, Billig (1995) chama a atenção para o terrorismo mundial e a tentativa de discriminação das nações que se opõem à ordem moral que o “nós” proclama, afirmando que estas poderão transformar-se em inimigos da moralidade internacional, tal como acontece com a tentativa de supremacia de alguns países, sobre outras nações (Billig, 1995, pp. 87-89). Afirma, ainda, que as nações que procuram a hegemonia internacional negam o seu próprio nacionalismo, procurando proclamar valores universais em vez de proteger os seus próprios interesses particulares.

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

Luís Felipe Pina Tavares (e-mail: luisftavares@gmail.com) 2010

Este conceito será analisado posteriormente no contexto português, sendo o objectivo saber até que ponto os africanos sentem ou não, uma potencial cultura e um ideologia nacionalista enraizada em Portugal, e de que formas, poderão sofrer, ou não, com essa mesma cultura e ideologia.

### **Legislação portuguesa: aspectos essenciais**

Uma vez que a questão da discriminação racial vai ser abordada no contexto laboral, não deixa de ser necessário analisarmos, mesmo que de forma sucinta, as questões ligadas aos quadros legislativos portugueses. Julgamos ser necessária uma compreensão mais alargada dos fenómenos que podem, efectivamente, ter influência na potencial discriminação exercida sobre os africanos no contexto referido. É, também, importante perceber se estes quadros são justos, dando apoio ao trabalhador, ou, pelo contrário, dão mais força e ímpeto à entidade patronal, exercendo, porventura, actos discriminatórios sobre a população em questão, sendo este um facto mais grave e preocupante, pois estes actos poderão estar a ser postos em prática à luz da lei portuguesa.

Deste modo, de acordo com o Artigo 22.º do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, no que respeita ao direito de igualdade no acesso ao emprego e no trabalho, a lei prevê que todos os trabalhadores têm direito à igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. Por outro lado, nenhum trabalhador ou candidato a emprego pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2009).

De acordo com o Gabinete de Documentação e Direito Comparado (2009), em matéria de não-discriminação, a Carta Social Europeia estabelece, nomeadamente, o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, sem discriminação baseada no sexo (artigo 20.º); a garantia dos direitos reconhecidos pela Carta a todos os nacionais e estrangeiros legalmente residentes e/ou trabalhadores, sem qualquer distinção baseada, nomeadamente, na raça, na cor, no sexo, na língua, na religião, nas opiniões políticas, ou em quaisquer outras opiniões, na ascendência nacional ou na origem social, na saúde, na pertença a uma minoria nacional, no nascimento ou em qualquer outra situação (artigo E, Parte V); a proibição da discriminação baseada nas responsabilidades familiares (artigo 27.º) e por último, o direito das pessoas com deficiência à autonomia, à integração social e à participação na vida da comunidade (artigo 15.º).

Segundo a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (2005) Portugal ratificou, ainda, vários instrumentos normativos da



Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo o que se segue um deles: a convenção n.º 111 sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 42520, de 23 de Setembro de 1959).

## II - Objectivos

Esta investigação, insere-se no âmbito dos temas de tese propostos pelo orientador, tendo por base a lusofonia e preconceito no contexto profissional e, como o próprio título o indica, mais especificamente, o estudo das representações sociais dos africanos no contexto laboral e social português sobre o potencial impacto da discriminação racial.

Assim, pretendemos estudar as representações sociais dos africanos de forma a tentarmos perceber se as variáveis lusofonia, luso-tropicalismo e nacionalismo têm relevância na percepção da existência de uma potencial discriminação racial no contexto laboral e social português.

Apesar de também termos em conta a vertente social, o foco de análise será o contexto laboral nacional, tendo em conta o referido impacto que atrás foi mencionado, mas também as questões burocráticas e legislativas, o papel da entidade patronal em todo este processo, a possível tentativa de domínio das minorias étnicas por parte dos portugueses, entre outros aspectos igualmente importantes, que se podem constatar nos relatos dos próprios sujeitos.

Propomo-nos, assim, responder às seguintes questões:

- a) Percepção da existência ou inexistência de discriminação racial no trabalho e na sociedade portuguesa;
- b) Percepção da existência de um potencial traço nacionalista e dominador português;
- c) Quais os focos percebidos da potencial discriminação no contexto laboral.

## III - Metodologia

Esta investigação tem uma orientação qualitativa, sendo que possui uma natureza não experimental (Alferes, 1997), sendo pertinente, desde já fazer referência ao cariz exploratório do mesmo.

A recolha de informação foi feita através de entrevistas, de orientação semi-directiva, e estas tiveram como suporte um guião de entrevista (cf. Quadro nº1) elaborado especificamente para este efeito. Tal como Breakwell (2000) afirma, a escolha deste tipo de entrevistas prendeu-se com a quantificação das repostas dos vários sujeitos envolvidos, tentando encontrar padrões nas mesmas para que, *a posteriori*, possamos proceder à análise de conteúdo das transcrições das entrevistas.

Relativamente à técnica de análise dos dados, a análise de conteúdo, Bardin (2004) caracteriza-a como uma técnica que visa analisar,

exaustivamente, através de cálculos e aperfeiçoamentos incessantes as comunicações em causa (neste caso, as transcrições das entrevistas realizadas). Por outras palavras, a análise de conteúdo pode caracterizar-se pelo conjunto de técnicas de análise de comunicações, não se tratando de um instrumento apenas, mas de um leque de apetrechos.

No que respeita à amostra, esta é constituída por 16 indivíduos, sendo 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Estes participantes são provenientes dos seguintes países: Moçambique (2 de sexo feminino e 1 do sexo masculino), Cabo-Verde (4 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), Angola (1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino), Guiné-Bissau (1 do sexo feminino e 2 do sexo masculino) e São Tomé e Príncipe (1 do sexo masculino), e tal como foi referido anteriormente nesta tese, os sujeitos são todos pertencentes à CPLP. A média de idades dos constituintes da amostra é de 27,56 ( $DP = 4,29$ ), estando compreendida entre os 22 e os 35 anos de idade. Relativamente à média de duração das entrevistas, esta foi 20 minutos, tendo a mais pequena 8 minutos e 29 segundos e a maior, 40 minutos e 40 segundos.

Todos os sujeitos residem em Portugal há, pelo menos, 6 meses e no máximo à 25 anos, sendo que neste momento trabalham todos na área da restauração da cidade de Coimbra.

Quanto às entrevistas, estas decorreram, entre Outubro e Novembro de 2009 tendo sido feitas, maioritariamente, nas imediações dos locais de trabalho dos sujeitos e, também, em sítios designados pelos entrevistados. Foi assegurado aos sujeitos o total anonimato dos dados, bem como a possibilidade de os mesmos interromperem a entrevista a qualquer altura. Por outro lado, foi, também pedida autorização aos participantes, para gravar as entrevistas na sua totalidade. Quanto à transcrição das mesmas, esta foi feita na íntegra, sendo que o *corpus* das várias transcrições não foi alterado. Deste modo, a construção de algumas frases não está num português mais correcto, dado que os participantes são africanos, tendo as suas próprias expressões e formas de comunicar particulares. A transcrição das entrevistas foi feita individualmente e não foi utilizado qualquer tipo de *software* específico.

Relativamente à análise dos dados, após a transcrição, e segundo o que Bardin (2004) sugere, procedeu-se à criação de um *index* de cada entrevista, onde constam as palavras e expressões mais utilizadas por cada entrevistado, seguidas de exemplos dados pelos mesmos. De seguida, utilizando a técnica usada por Valentim (2003, pp. 149-150), elaborou-se um *index* geral para todas as entrevistas, ordenado por ordem alfabética com a respectiva codificação de cada palavra e expressão, de forma a se, necessário, identificarmos com a maior rapidez, qualquer palavra ou expressão dita pelo sujeito A, B ou C, por exemplo. Numa terceira e última fase desta primeira tarefa, procedeu-se à construção de um outro *index* geral com a adição das frequências com que as palavras e expressões foram aparecendo nos discursos dos sujeitos.

Posteriormente, foi feita uma categorização de todo o material existente para que, mais à frente, fosse possível criar as dimensões que vão ser analisadas de seguida. A essas mesmas dimensões, foi-lhes atribuído as

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

seguintes designações:

- a) Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social**
- b) Representações sociais da lusofonia, luso-tropicalismo: o papel dos laços estabelecidos**
- c) Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos**

Após a categorização e dimensionalização, procedeu-se ao acordo interjuízes relativo à confirmação ou alteração das categorias pertencentes às três dimensões supracitadas, tendo em conta os componentes e os exemplos de cada categoria (cf. Quadro nº 2).

O respectivo acordo foi feito pelo investigador e por mais dois juízes independentes e exteriores à investigação. Esta consistiu na análise dos quadros com as 3 dimensões atrás mencionadas, com o objectivo de verificar até que ponto as categorias criadas apresentam algum grau de discordância e/ou ambiguidade. Deste modo, no que respeita à primeira dimensão, alcançou-se um grau de concordância de aproximadamente 91%, uma vez que em 11 categorias, só se procedeu à alteração de 1.

No que concerne à segunda dimensão, obteve-se um grau de concordância igual a 85,7%, sendo que em 7 categorias só se procedeu à alteração de uma, novamente. Finalizando, relativamente à terceira e última categoria obtivemos um grau de concordância de 80%, sendo que nesta categoria, só se alterou, novamente uma categoria. Em termos gerais, em 22 categorias, obteve-se um grau de concordância igual a 86,4% (tendo-se procedido à alteração de 3 categorias). Os pontos em que os juízes estiveram em desacordo foram nas categorias “insultos praticados”, “tipo de sentimentos” e “terra de origem” que passaram a designar-se de “insultos”, “naturalidade” e “sentimentos”, respectivamente.

#### **IV - Resultados**

Antes de prosseguirmos com a apresentação dos dados, convém termos em conta que este é um estudo de cariz exploratório. Por outro lado, convém não esquecer que a amostra utilizada é composta por 16 sujeitos pelo que, num futuro próximo, devem prosseguir os estudos nesta área, mais especificamente com este tema, e se possível, com uma maior amostra.

Por outro lado, não procuramos confirmar ou realçar a existência de uma potencial discriminação no contexto laboral português, nem iniciar uma “campanha” contra uma qualquer entidade, mas sim, tentar perceber o que os africanos pensam sobre a realidade laboral portuguesa e enumerar as possíveis dificuldades e obstáculos que sentem para entrar no mercado de trabalho e para nele se manterem.

Assim sendo, após a elaboração das etapas do processo de análise de

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

Luís Felipe Pina Tavares (e-mail: luisfptavares@gmail.com) 2010

conteúdo (Bardin, 2004), obtivemos as dimensões supracitadas, sendo que o que vai ser debatido neste ponto serão essas mesmas dimensões, tendo sempre em vista a temática das representações sociais, especificamente as dos africanos no que concerne à discriminação racial no mercado de trabalho português. Os resultados vão ser apresentados com base na esquematização que, por exemplo, Miguel, Valentim e Carugati utilizaram em 2007.

### **Dimensão I - Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social.**

No que concerne a esta primeira dimensão (cf. Quadro nº3), são de assinalar as seguintes categorias formuladas: *racismo, discriminação, raça, questões da cor da pele, entidade patronal, preconceito, evitar confronto/contacto, diferença, ignorância, questões burocráticas/legislativas e insultos.*

Relativamente às categorias *racismo* e *discriminação* que englobam as questões relacionadas com o facto de os africanos considerarem ou não que ainda existem expressões de racismo e discriminação no contexto laboral português e na sociedade em geral, constata-se que 100% dos participantes relatam a existência das mesmas (cf. Quadro nº6). Temos como exemplos, os discursos dos participantes (E1)<sup>4</sup>, «Sim, considero, mas pronto. Considero, não é geral, não é um todo. É assim, é como tudo, mas existe, muito»; (E4), «Um pouco. Alguns são, outros não. Mas as pessoas que são, ah, tem o nome certo. Há muitas pessoas não é? Mas eles escondem. Mas mais no dia-a-dia»; e (E14) «ah, no trabalho penso que sempre vai existir. [risos]. Pelo menos enquanto houver raças, vai sempre existir. Pode haver mais, pode ser mais dissimulado, ou menos, mas penso que haverá sempre, pelo menos nos tempos que correm. [na sociedade] – [risos] sim, há. Isso há obviamente, eu neste momento não sinto de perto, mas sinto mais pelo meu filho».

Continuando, 81,25% dos participantes enunciam a categoria *questões da cor da pele*, alegando que a cor que possuem, é um entrave em muitos aspectos, quer laborais quer na sociedade em geral, uma vez que explicam que os portugueses ainda têm “problemas” com o facto de os africanos terem uma cor mais escura, pelo que o racismo e discriminação manifesta-se, em grande parte, dada à característica física dos mesmos. Fica, de seguida, um exemplo para melhor compreendermos o que se pretende dizer: «A situação foi... “fala com aquele preto que está aí”... mas a maneira como ele falou eu sei que ele não estava no gozo, estás a ver? Estava mesmo a referir-se da cor”» (E14).

Relativamente à categoria *raça*, os sujeitos afirmam que os portugueses (“os de raça branca”), são beneficiados em detrimento dos africanos (“os de raça negra”). Estes utilizam, algumas vezes, a expressão “raça branca” para descrever os portugueses e fazem, também, alusão à desigualdade social entre as raças (e.g. E16 «No dia-a-dia vê-se, porque

<sup>4</sup> Para salvaguardar o anonimato dos participantes desta investigação, foi-lhes atribuído um código desde o início do processo de análise de conteúdo.

aconteceu um caso insólito porque sei que aconteceu comigo e de certeza que não acontecia com uma outra pessoa da raça branca»).

No que à categoria *entidade patronal* diz respeito, 62,5% dos participantes afirmam que são alguns patrões/gerentes que exercem discriminação sobre os funcionários, ou através de uma atribuição injusta e desigual de tarefas, negligência, dificultando o acesso a determinados empregos, ou mesmo através de insultos. No entanto, os restantes 37,5% constataam que, ou porque têm chefes africanos ou porque estes são jovens e têm outra “mentalidade”, não têm problemas com os mesmos. Fazendo alusão aos 62,5%, tenham-se em conta, os seguintes exemplos: «Depende de gerente. Há gerente que pega no currículo e se não rasga, fica como arquivo» (E5); «Quando havia, tínhamos que substituir a pessoa da copa ou da cozinha, mandavam-me a mim ou à minha colega cabo-verdiana, pessoal estrangeiro entendes? E às vezes comentávamos que era por sermos pretos, não sei» (E7).

Quanto à categoria *evitar confronto/contacto*, 37,5% dos sujeitos afirma que tem comportamentos de evitamento em relação às provocações de alguns portugueses. Por outro lado, esta percentagem também engloba, uma nova forma de racismo, sendo que os sujeitos constataam que o racismo e a discriminação de hoje, manifesta-se de uma forma mais subtil e camuflada, sendo que a questão do evitar o contacto com os africanos e a não aproximação, são comportamentos recorrentes por parte dos portugueses. Tomem-se os seguintes exemplos: «É mais o olhar de lado... é o estar de lado... evitar o contacto... isso.» (E16), «Mas sempre que ele provoca, eu tento evitar, mas há dias em que uma pessoa chega de mau humor e não consegue aceitar tudo» (E3), «não gosto de estar em confusões» (E3).

Relativamente à categoria *diferença*, 68,75% dos sujeitos afirmam que um dos problemas na questão da discriminação racial em Portugal, prende-se com o facto de os portugueses não estarem preparados para lidar com a diferença, ou seja, de acordo com (E1) «os próprios portugueses não estão preparados para lidar com a diferença, mesmo». Por outro lado, afirmam, ainda, que os portugueses olham para os africanos como diferentes e rotulam-nos como tal, sendo que quando estabelecem contacto, é sempre de uma forma particular. Tome-se o seguinte exemplo «Eu acho que é sempre alguma diferença na forma que as pessoas nos falam ou nos olham» (E15).

No que respeita à categoria *ignorância*, 31,25% dos sujeitos alega que o motivo da existência de discriminação em Portugal deve-se à falta de informação por parte dos portugueses e às fracas e quase inexistentes, relações inter-pessoais entre os mesmos e os africanos pelo que, estes os caracterizam como ignorantes. No entanto, os sujeitos ressaltam a diferença entre ignorantes e racistas, uma vez que consideram que os indivíduos que praticam a discriminação têm consciência do que estão a fazer. Observem-se os seguintes exemplos: «Por isso é que eu digo, não é pelo facto de serem contra nós, é a ignorância de pensarem que não gostam de pretos...», (E14); e «quando essas pessoas estão à frente dos meios de comunicação social, e fazem essas coisas, eles não são ignorantes, eles sabem o que estão a fazer, entendes?», (E16).

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

Finalizando esta primeira dimensão, relativamente às categorias, *preconceito, questões burocráticas e legislativas e insultos*, 25% (em cada uma) dos sujeitos afirmaram que a questão da legislação em Portugal impede o acesso ao trabalho por parte dos africanos, chegando mesmo a considerar que são leis discriminatórias e que promovem a desigualdade social (e.g. «esta nova lei de trabalho que existe, dificulta muito a vida. É uma lei discriminatória», E14»). Ainda neste ponto, afirmam, também, que a questão dos documentos e autorizações para poderem residir em Portugal, levanta imensos constrangimentos e dificuldades («Para trabalhar é preciso aquela coisa agora do SEF e os portugueses conseguem mais facilmente», E15).

Quanto à categoria *preconceito*, afirmam que a expressão racismo é muito forte, alegando que os portugueses são, no fundo, preconceituosos («É aquele preconceito mas é um preconceito que todos nós nascemos, só conhecemos a nossa raça e o problema de Portugal é que nunca convivemos com negros e nós lá como sempre convivemos com branco», E14).

No que respeita à categoria *insultos*, alegam que, infelizmente são alvo de rótulos e insultos verbais tais como: «Esses macacos, não sei quê... mandem esses macacos fazer isso...», (E9).

## **Dimensão II - Representações sociais da lusofonia, lusotropicalismo: o papel dos laços estabelecidos**

Relativamente à segunda dimensão, constata-se a existência das seguintes categorias: *sentimentos, “brincadeiras”, convivência, mentalidade dos portugueses, “complexo de superioridade” e manifestações comportamentais* (cf. Quadro nº4).

Começando pela categoria *sentimentos*, que possui a maior percentagem nesta dimensão (75% dos sujeitos), os mesmos relatam, maioritariamente que se sentem mal, chateados e tristes com as situações que são alvo («Mas com colegas meus já. E pronto, sinto-me... como é que eu me sinto? Sinto-me triste, quando isso acontece», E2).

Com 50% dos participantes, a categoria *manifestações comportamentais* demonstra o que os mesmos referem como novas formas de racismo por parte dos portugueses, ou de racismo camuflado. Por outro lado, também procuram descrever a forma como os portugueses os tratam, enviando aos africanos, o que podemos designar de “sinais corporais”, ou seja, olhares discriminatórios tal como os discursos de (E1), (E8) e (E7) ilustram: «aqui acho que há necessidade de se falar de racismo porque, pronto, as pessoas olham para o outro como diferentes»; «sinto olhares mais profundos» «mas os clientes tratam-nos de maneira diferente, por causa das cores. E eu já senti isso dos clientes».

No que concerne às categorias, *“brincadeiras”, convivência e mentalidade dos portugueses* (todas com uma percentagem de 31,25%), podemos referir, quanto à primeira, que nesta categoria os sujeitos pretendem demonstrar que, apesar de socialmente se poder encarar como “brincadeiras” o que muitos portugueses fazem com os africanos, estes sabem que, no fundo, está patente uma vertente discriminatória (e.g. «tipo

brincadeiras, mas que na verdade, sabemos que não são brincadeiras», E2; «olha, por acaso tenho uma colega que diz “ai eu não gosto de pretos”, na brincadeira não é? eu nem ligo», E7).

A categoria *convivência*, alerta no sentido de que quanto maior a convivência entre as culturas (portugueses e africanos), maior é o conhecimento entre ambas e menor é a discriminação praticada. Ressalvam, também, que a faixa etária mais problemática é a mais idosa. (E13) ilustra isso mesmo na frase «e à partida por exemplo, nos mais antigos, nota-se mesmo, já a malta mais geral, devido à convivência com os nossos povos, já se nota uma maior aceitação».

No que respeita à categoria *mentalidade dos portugueses*, os sujeitos constataam que outro problema existente na questão da discriminação racial em Portugal, prende-se, precisamente, com a mentalidade dos portugueses, sendo que mencionam que «muitas pessoas têm uma mentalidade muito fraca» (E6) e que «ah, tem havido uma mudança de mentalidade» (E13). Constatam por outro lado que, e mais uma vez, a questão da faixa etária tem um papel determinante, uma vez que os mais idosos são a fonte de muitos dos problemas, assumindo que os mais jovens estão a mudar, progressivamente.

Por fim, a categoria “*complexo de superioridade*” é enunciada por 18,75%, sendo que os sujeitos relatam a existência de um traço específico português que condiciona a relação entre portugueses e africanos. Tome-se o exemplo: «os clientes olham-nos com muito complexo de superioridade», (E1), como ilustrativo desta situação.

### **Dimensão III - Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos**

Esta terceira e última dimensão é constituída pelas seguintes categorias: *designação “africanos”, segregação, domínio das minorias, nacionalismo português e naturalidade* (cf. Quadro nº5).

No que respeita à categoria designação “africanos” (com 81,25%) está patente o uso recorrente da expressão “africanos”, que é utilizada com frequência pelos próprios participantes, para se identificarem. Por outro lado, denote-se também o seu uso devido a ser uma expressão com uma conotação menos pejorativa.

É, também, uma expressão utilizada para retratar um grupo socialmente desfavorecido. Podemos observar isso quando os sujeitos afirmam que «hoje, nota-se que se está a começar a sentir um racismo invertido. Os africanos estão a discriminar os portugueses. Mas isto é devido a uma não explicação fundamentada dos portugueses acerca do racismo contra os africanos» (E13). Relativamente à alusão a um grupo social desfavorecido, os participantes afirmam que «quando éramos nós a receber a refeição, eles davam mais comida porque achavam que nos estávamos mais magrinhos e necessitados, tínhamos que comer mais, tínhamos que engordar. E às vezes esquecem-se que as pessoas são assim» (E16).

Quanto à categoria domínio das minorias, 56,25% dos sujeitos alegaram que têm que iludir certas “entidades”, de forma a transparecerem

que estão a ser dominados, ressalvando que têm objectivos de ordem superior «às vezes há pessoas, o pessoal tem que deixar pensar que está a dominá-lo, mas eu tenho o meu objectivo» (E5). Por outro lado, os restantes 43,75% afirmam que «é assim, a mim ninguém me domina, nem mesmo cabo-verdianos, nem portugueses» (E6).

Com uma ligação particular a esta categoria, a categoria *segregação* apresenta, por sua vez, a percentagem mais baixa em termos globais (12,5%), sendo que os dois indivíduos que a ela se reportaram, estabeleceram a ponte entre o domínio das minorias e este fenómeno, relatando que «podes dizer que se há segregação há domínio» porque os portugueses quando «se aproximam é porque [risos] querem tirar algum proveito» (E1).

Relativamente à categoria *nacionalismo português*, 43,75% dos sujeitos afirmam que os portugueses são nacionalistas, comparando-os a muitos outros países. Referem «alguns são, assim como em todos os países há sempre alguém que seja» (E12). Chegam, inclusive, a relatar figuras do panorama político português, como exemplos da ocorrência deste fenómeno em Portugal «já senti isso. Porque, há muito daquelas coisas que... que já não me lembro bem. Sei que não é o Paulo Portas, ou assim... disse que não quer cá pretos e pessoal de leste... não é? Ele fala como se a imagem dele fosse xenófoba». Contudo, os restantes 56,25%, afirmam que «não, nesse aspecto acho que não» (E14).

Finalizando, 25% dos participantes enunciaram a categoria *naturalidade*, tendo em conta o tipo de coisas que alguns portugueses dizem aos africanos, revelando o carácter nacionalista de alguns portugueses. Para ilustrar isso mesmo, de seguida apresentamos os extractos de 3 sujeitos: «vai para a tua terra preto» (E3), «ah, na terra deles, não sei se é lavar batatas» (E9). Referem, também, que a discriminação existe não só contra os africanos mas para com os estrangeiros em geral «acho que é preconceito aos estrangeiros em geral» (E14).

## V - Discussão

A discussão dos resultados que se segue seguirá a mesma esquematização utilizada no tópico anterior.

### #Dimensão I - Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social

No que concerne às afirmações dos participantes, relativamente a que pensam acerca da potencial existência de discriminação e racismo no contexto laboral português, alguns indivíduos (nomeadamente E14) constatarão que existem políticas de emprego discriminatórias em Portugal. Este facto aparece, também, no estudo de Suárez, González, Pérez, Porthé, Pérez, García e Garí (2009) acerca da discriminação, trabalho e saúde na vida das populações imigrantes em Espanha, obtiveram por parte dos seus

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português



entrevistados, afirmações no sentido da existência de políticas de emprego discriminatórias.

Por outro lado, verificou-se, nesta investigação, que em Portugal a burocracia exerce um papel determinante na vida dos africanos, sendo que, paralelamente, as entidades reguladoras revelam-se o principal obstáculo. As afirmações de (E9) e (E4) referem que o SEF exige muitos documentos, dificultando a vida dos africanos que pretendem arranjar emprego no país. Estas problemáticas também se verificam no estudo de Suárez et al. (2009), onde se constata que os requisitos legais e administrativos para se conseguir obter um estatuto legal de residência em Espanha são de difícil obtenção, sendo que são as instituições reguladoras representam, aqui também, o principal entrave.

Estas questões têm vindo a sofrer alterações nos últimos anos estando patentes nos discursos de (E14) e (E16) (sendo estes os que residem à mais tempo em Portugal), que afirmam que na altura em que decidiram emigrar, a legislação era diferente, tendo a vida muito mais facilitada. Alegam ainda, que nos tempos que correm e pelas informações que têm, os africanos que querem trabalhar estão sujeitos a tempos de espera muito longos e às adversidades inerentes a essa mesma espera.

A questão da excessiva burocracia, apresenta-se por outro lado, como um obstáculo, uma vez que os sujeitos em questão precisam de imensos documentos para se legalizarem e poderem trabalhar. No entanto, e sendo alguns dos sujeitos trabalhadores-estudantes, estes afirmam que para estudarem em Portugal não existe qualquer tipo de constrangimento, sendo somente necessário a apresentação do comprovativo de matrícula e do comprovativo de liquidação das propinas.

Relativamente à categoria *raça*, constatamos que os africanos têm a percepção que são discriminados no contexto laboral e na sociedade porque existe ainda, segundo eles, um favorecimento dos indivíduos de raça branca em detrimento dos de raça negra. Esse favorecimento deve-se a inúmeros factores, nomeadamente à cor da pele, à língua e ao aspecto físico dos mesmos. Para além disso, os sujeitos chegam mesmo a referir que existem zonas em Portugal, onde esse favorecimento é visível. Estes factos não são novos e McIntyre, Moberg e Posner (1980) e Newman, (1978, cit. por Stewart & Perlow, 2001), nos estudos que realizaram, verificaram a existência de um favorecimento em termos de raças, sendo que os indivíduos de raça negra encontravam-se sempre em desvantagem em termos laborais.

No que concerne, às *questões da pele*, onde os sujeitos alegaram, entre outras coisas, que o facto de serem “pretos”, lhes dificultava a vida, tanto aos níveis social e laboral, sendo remetidos neste último caso para os trabalhos mais pesados e onde não estariam “expostos” aos clientes,

Suárez et al. (2009), ilustram no seu estudo, que os africanos imigrantes em Espanha, constataram o mesmo, apresentando um relato de um sujeito africano que a determinada altura refere que, assim que a entidade empregadora vê o sujeito em questão e se apercebe que é negro, alega que preferem pessoas sul-americanas ou indivíduos que falem espanhol regularmente. No caso desta tese, nem sequer existe a explicação que se “prefere” outro tipo de colaboradores, sendo que existem afirmações

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

do tipo: “Já fiz várias entrevistas e acredito que não foi aceite por coisas de cor. Ou estrangeiros, não entram nessa área. Africanos não” (E7).

Ainda neste sentido, e abordando especificamente o contexto laboral português, podemos constatar que a candidatura por parte de um cidadão português, será, quase sempre, beneficiada em detrimento da mesma candidatura por parte de um africano, tal como afirmam os autores McIntyre, Moberg e Posner (1980) e Newman (1978, cit. por Stewart & Perlow, 2001).

Este aspecto faz parte, também, de alguns dos relatos dos entrevistados («Mas eu aqui já vivi coisas diferentes, as pessoas são valorizadas não só pelo trabalho que fazem mas pela cor, entendeste?», E4; «Não, até porque a chefe é a T... (africana). [risos] primeiro tem a ver com a residência, dos documentos, mas se fosse uma outra talvez se houvesse 2 candidatas, eu e uma outra portuguesa acho que sim, que seria discriminada.» E3).

Para além disso, e ilustrando, uma vez mais o que nesta tese se constata, os africanos encontram-se, maioritariamente, em determinados postos de trabalho, tal como (E1) e (E4) afirmam «Alguns africanos são excelentes, excelentes, com qualidade e com experiência até, com qualidade mas os africanos estão aqui, nos cafés, num sei que, na restauração. Os africanos estão na restauração e tem mesmo a ver com discriminação»; «Eles ficam revoltados mas é uma coisa que acontece sempre ou quase sempre aqui que eles vão à procura de trabalho onde sabem que conseguem sempre emprego, que é esse tipo de trabalho, cinemas, restaurantes, estás a ver?». Neste sentido, em Portugal, são remetidos para as obras públicas, ou para as várias áreas da restauração como podemos constatar nos discursos atrás mencionados.

No estudo de Suárez et al. (2009), concluiu-se que dependendo de quem recruta e para onde é recrutado, os imigrantes são explorados dada a sua condição de vida particular, tendo um baixo salário e exigindo-lhes que trabalhem mais horas e só em determinado tipo de trabalhos.

Relativamente à questão da *entidade patronal*, verifica-se que alguns “gerentes” são a fonte de alguns problemas de discriminação que os africanos sofrem no contexto laboral, sendo que 62,5% dos participantes relata isso mesmo. Referem questões como a desigualdade de atribuição de tarefas, pressões, alienações, insultos verbais, fracas condições de trabalho, entre outros aspectos. De acordo com Suárez et al. (2009), e a partir de uma perspectiva dos imigrantes, a discriminação é percebida, efectivamente, através das questões atrás referidas.

Na questão de *evitar confronto/contacto*, onde os sujeitos afirmavam que tentavam a todo o custo evitar confronto com as entidades patronais e com indivíduos que passavam na rua e os insultavam, Suárez et al. (2009), também ilustra essa questão no sentido de que os imigrantes ao relatarem sentimentos de solidão no posto de trabalho, discriminação por parte dos clientes e sentirem que vivem em ambientes laborais hostis, acabam por se isolar e evitar toda e qualquer forma de confronto, sendo que o *stress* diário aliado a este tipo de trabalho, exerce impacto na qualidade de vida dos mesmos, podendo conduzir mesmo, a doenças do foro mental (Suárez et al. 2009).

No que se reporta às categorias *diferença*, *ignorância* e *insultos*, constatamos que alguns dos entrevistados relatam que parte dos problemas que sofrem no trabalho e na sociedade em termos de discriminação prendem-se com a dificuldade dos portugueses aceitarem novas culturas, não só africanos mas estrangeiros no geral.

Num estudo realizado por Pager, Western e Bonikowski (2009), constatou-se que nos Estados Unidos da América as entidades empregadoras sentiam-se relutantes em contratar jovens pertencentes a minorias étnicas, especificamente afro-americanos, alegando que eram encarados como pouco credíveis, desonestos e com poucas capacidades cognitivas e sociais (Waldinger & Lichter, 2003; Moss & Tilly, 2001; Holzer, 1996; Kirschenman & Neckerman, 1991; Wilson, 1996, cit. por Pager, Western & Bonikowski, 2009).

Ora se numa das maiores super-potências mundiais e em pleno século XXI se observam fenómenos desta natureza, com o preconceito e ignorância como “regras” na contratação de novos colaboradores como será, efectivamente, a realidade no contexto laboral português tendo este país um *background* de colonialismo tão extenso? Por outro lado, de acordo com a teoria do luso-tropicalismo, estes fenómenos não se deviam verificar em Portugal.

Afigura-se, portanto, um cenário não muito positivo, sendo esse ilustrado pelos relatos de alguns dos sujeitos entrevistados e tendo em conta que Portugal, foi apontado pela ONU, como “o país com melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes” (ACIDI, 2009).

## **#Dimensão II - Representações Sociais da Lusofonia, luso-tropicalismo**

Nesta dimensão, devemos ter em conta, a suposta construção de laços entre Portugal e as ex-colónias. Para além disso, devemos, também, ter em mente que, Portugal já não depende de si próprio e que faz parte de uma comunidade europeia, com tratados assinados com vários países do mundo e que a globalização apresenta-se como um fenómeno emergente tendo impacto directo na construção das sociedades e das suas políticas.

Neste sentido, os entrevistados relatam sentimentos, maioritariamente, negativos relativamente à discriminação de que são alvos em Portugal. Sentimentos como tristeza e revolta são comuns nos discursos dos sujeitos, sendo que caracterizam os portugueses como frios na sua generalidade.

Estes sentimentos são provenientes, essencialmente de situações menos positivas no trabalho aliadas ao sentimento racista de alguns portugueses. Especificamente, podemos afirmar que situações com a *entidade patronal* e com os clientes são as geradoras destes mesmos sentimentos. Este último aspecto é, também, constatado no artigo de Suárez et al. (2009) onde um dos sujeitos, a determinada altura, relata que a relação entre chefes, colegas de trabalho e clientes, é por vezes complicada, uma vez que estes tratam “os seres humanos como todos os outros... como pedaços

de papel” (Suaréz et al. 2009, p.1871).

No que concerne às “*brincadeiras*” que alguns dos entrevistados mencionam, está patente que estas são nada mais do que novas formas de racismo, sendo que as podemos classificar como formas subtis (Lima & Vala, 2004). São os próprios sujeitos a referir que as “*brincadeiras*” de que são alvo (nomeadamente o chamar de “preto”, entre outras) são formas camufladas<sup>5</sup> dos portugueses demonstrarem o que “sentem” para com os mesmos.

Relativamente à categoria *convivência*, 31,25 % dos sujeitos afirmam que o simples facto de os jovens portugueses conviverem cada vez mais com africanos, está a originar uma maior aceitação dos mesmos, diminuindo, segundo os mesmos, os níveis de percepção de racismo e discriminação, tanto na sociedade como no próprio contexto laboral, uma vez que mencionam que ao terem chefes mais novos, têm consequentemente uma vida laboral mais facilitada. Afirmam, ainda, que o facto de não existir esta convivência entre as diversas culturas leva a um “empobrecimento” da mentalidade de alguns portugueses, alegando que a faixa etária mais idosa é, normalmente, a mais problemática.

A mentalidade está a mudar, afirmam alguns sujeitos e esta mudança está a processar-se no sentido de melhorias aos diversos níveis (inter-pessoais, sociais, laborais, entre outros). Contudo, afirmam que a faixa etária mais idosa e aquela que nunca saiu de Portugal é, sem dúvida alguma, a que levanta mais problemas aos sujeitos. No entanto, afirmam que, algumas pessoas da faixa etária mais idosa, mas que emigraram para outros países (incluindo as próprias ex-colónias portuguesas) têm outra abertura e outra forma de pensar, demonstrando mais respeito pelas diversas culturas residentes em Portugal, ora porque sabem o que passaram como imigrantes, ora porque conviveram com outras culturas durante determinados períodos de tempo.

No aspecto da convivência, podemos ter em conta o que no estudo de Dasgupta, Hunsinger, DeSteno e Williams (2009) se verificou. Na primeira experiência, os autores procuraram examinar que tipo de emoções se manifestavam nas relações e avaliações intergrupais, em dois grupos de indivíduos que não se conheciam previamente. Nesta, emergiram emoções negativas como a raiva e aversão ao outro grupo. Numa segunda experiência, utilizaram dois grupos de indivíduos que já possuíam mais informações e verificaram que emergiam sentimentos negativos como o preconceito para com o outro grupo, onde os estereótipos foram realçados (e.g. homossexuais, muçulmanos). Perante este tipo de grupos e sem os sujeitos se conhecerem pessoalmente, mas somente algumas características dos mesmos, emergiram sentimentos de nojo para com o grupo dos homossexuais e raiva para com os muçulmanos (Dasgupta, Hunsinger, DeSteno & Williams, 2009).

Isto tudo para ilustrar que, algumas das manifestações de racismo e/ou discriminação aos mais variados níveis acontece porque alguns indivíduos

---

<sup>5</sup> Cf. também Vala, Lopes e Lima (2008, p. 294) na parte referente às manifestações de racismo “encobertas”.

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

Luís Felipe Pina Tavares (e-mail: luisfptavares@gmail.com) 2010

utilizam, de certa forma, os estereótipos e rótulos sociais para caracterizam determinadas culturas, sem sequer conhecerem os actores envolvidos. Como alguns dos sujeitos afirmaram, a falta de convivência entre os diversos povos leva a que se originem situações de discriminação, sem qualquer tipo de fundamentação e com base nos estereótipos que a sociedade vai criando.

No que concerne ao “*complexo de superioridade*”, podemos constatar que, de acordo com 18,75 % dos participantes, alguns portugueses têm como postura na vida, encarar os africanos como uma raça inferior, sendo a forma como os tratam a maior ilustração possível. Segundo os mesmos, este facto poderá dever-se a muitos factores, sendo que as características de personalidade dos portugueses pode ser um deles, uma vez que a maioria dos sujeitos classificou os portugueses como sendo um povo frio e sem sentimentos.

Relativamente às *manifestações comportamentais*, (cf. quadro nº4), podemos verificar a referência a novas formas de racismo para com os africanos, verificando-se um abandono, embora não total dos insultos verbais e da violência física, e o aparecimento de novas formas de racismo, designadas pelos próprios sujeitos de formas camufladas. Este ponto é ilustrado também por Lima e Vala (2004) e tal como já foi mencionado atrás, podemos encarar estas novas formas de racismo como sendo subtis, uma vez que o racismo não se extinguiu, mesmo com todas as mudanças legislativas e sociais quer em termos de direitos humanos, quer em termos laborais, sendo que somente se “*adaptou*” aos vários acontecimentos.

### **Dimensão III - Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos**

Nesta terceira e última dimensão, devemos ter em conta a história de Portugal a partir da década de 30. A partir dessa altura, quando se começou a dar os primeiros passos em direcção ao que viria a designar-se de Estado Novo, novas políticas sociais foram sendo implementadas e algumas adoptadas inclusive (cf. o que atrás foi referido acerca do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre). No entanto, e apesar desta adopção, de acordo com alguns entrevistados, parte dos indivíduos pertencentes às gerações mais antigas, ou seja, aquelas que na altura viveram estas alterações sociais, são as que mais discriminam nos dias de hoje, tal como diz E13 na afirmação «E o racismo já não é assim tanto. Pelo menos por mim, já não noto. Não noto aquele racismo como no idoso».

Estes factos revelam-se, deste modo, contraditórios, uma vez que Salazar ao apropriar-se da teoria do luso-tropicalismo pretendia demonstrar às comunidades internacionais que os portugueses tinham uma espécie de elo de ligação mais forte com os povos das antigas colónias. Contudo, a realidade que se verificava era bem diferente, sendo que Portugal chegou mesmo a entrar em conflitos bélicos com essas mesmas colónias.

Para além disso, e tal como já foi referido anteriormente, os movimentos nacionalistas ganharam ímpeto por volta dessa década, permitindo comportamentos xenófobos e racistas entre as populações

retratados, por exemplo, com o Holocausto na Alemanha.

Tudo isto para ilustrar que o sentimento nacionalista de alguns portugueses tem um passado “extenso”, alertando Billig (1999) para a diferenciação que existe muitas das vezes entre, por exemplo, duas raças, através do senso comum, ainda que de uma forma inconsciente, sendo esta transportada para a exaltação da “diferença” entre as nações.

Deste modo, a *designação “africanos”*, mais do que uma alusão a um grupo desfavorecido ou discriminado, é a distanciação dos portugueses de outra raça, “salvaguardando” a própria raça e a nação. Por outro lado, este facto é muitas das vezes levado aos extremos e assistimos à emergência de movimentos nacionalistas extremistas e a discursos xenófobos tanto por parte de cidadãos portugueses normais como por parte de membros da política portuguesa (tal como constata E16). Importa também, realçar que, e de uma forma mais leve, esta é uma designação comumente utilizada pelos próprios africanos, na tentativa de escapar à utilização da expressão “preto”.

No que respeita à categoria *nacionalismo português*, constatamos que 43,75% dos participantes têm a percepção que os portugueses são nacionalistas. Comparam, no entanto, os portugueses a muitos outros povos, afirmando que todas as culturas possuem características nacionalistas.

Neste sentido, afigura-se importante referir os resultados que Reiter (2008) obteve. No estudo que realizou, entrevistou indivíduos africanos que para além de serem residentes legais em Portugal e alguns terem, inclusive, nascido em Portugal, sentem-se estrangeiros e constataam que são tratados como tal. A partir deste aspecto, podemos englobar as restantes categorias desta dimensão, uma vez que no que respeita à *naturalidade*, verifica-se que, muitas vezes, os portugueses verbalizam coisas menos positivas contra estes indivíduos, “auxiliando-se” de afirmações como “vai para a tua terra oh preto”.

A partir do momento em que se verbalizam estes insultos, percebe-se que a *segregação* será um fenómeno interligado, originando-se a separação entre culturas e mesmo entre portugueses, pois apesar de serem negros, alguns possuem mesmo, naturalidade portuguesa. Para ilustrar este fenómeno, Reiter (2008), afirma que na sua estadia por Lisboa, confrontou-se com situações de extrema segregação, que no seu entender, derivavam de um aumento do racismo na sociedade portuguesa.

Reiter (2008), afirma, ainda, que eram raras as misturas entre raças e alega que esta situação não surgiu de forma espontânea, afirmando que este facto se deve, porventura, às políticas governamentais que, promovem, activamente uma imagem étnica de cidadania portuguesa que é “invadida” e “poluída” pelos ditos estrangeiros (Reiter, 2008, p. 409).

Finalizando, relativamente ao *domínio das minorias*, que 56,25% dos participantes enunciam, verifica-se uma tentativa de domínio por parte de algumas entidades patronais, sendo que são os próprios sujeitos a afirmar que sentem isso e que tentam contornar essa situação fazendo com que as mesmas entidades tenham a ilusão de que dominam. Para ilustrar este aspecto, auxiliamo-nos de novo em Reiter (2008), na afirmação de que os africanos e mesmo os descendentes destes de naturalidade portuguesa, são subjugados a comportam-se de uma forma mais “portuguesa” que qualquer

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

outro cidadão português, deixando de parte toda a sua herança cultural e “negando” qualquer tipo de preconceito e racismo de que possam ser alvos.

## VI - Conclusões

Antes de passarmos às conclusões finais, julgamos ser importante realçar, novamente, que este é um estudo exploratório com todas as implicações e obstáculos inerentes ao mesmo. Para além disso, a limitação temporal para a elaboração desta investigação levantou constrangimentos em termos da amostra, uma vez que elaborar mais do que as 16 entrevistas que foram feitas no tempo estipulado, seria irresponsável da nossa parte.

Julgamos, assim, ser pertinente que, existindo investigadores que futuramente queiram aprofundar este tema, haja o cuidado de alargar a amostra com o objectivo de obter uma maior fiabilidade de resultados e a certeza de que as conclusões a que chegamos possam não estar dependentes da variabilidade individual das respostas dos participantes.

No que respeita aos resultados, e de uma forma genérica, verificou-se essencialmente que todos os entrevistados alegaram ter a percepção que ainda existe discriminação racial no contexto laboral e social português, tendo em conta que, apesar de tudo, a mentalidade dos portugueses e a própria sociedade estão a mudar lentamente na direcção de uma maior aceitação de africanos em Portugal. Verifica-se, ainda, que quase todos os participantes já passaram, pelo menos uma vez, por uma situação de discriminação racial, quer no trabalho, quer no seu dia-a-dia.

Em termos mais específicos, os sujeitos alegaram terem a percepção que as faixas etárias que mais discriminam em Portugal são as mais idosas, não deixando de existir discriminação nas camadas mais jovens. No entanto, estes como convivem mais diariamente com outras culturas, começam a ter outra mentalidade e outra abertura.

No que concerne ao suposto traço luso-tropicalista português, ou seja, a suposta capacidade especial do povo português para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos (Alexandre, 1999, pp. 391-392, cit. por Valentim, 2003, p. 75; Valentim, 2005), constatamos que, quando os participantes alegam que os portugueses não sabem lidar com a diferença entre culturas, essa teoria é posta em causa.

Relativamente à lusofonia, verificamos quem a fraternidade e afinidade referidas numa das definições do conceito em questão, não é “prática corrente”, tanto no trabalho como na sociedade, uma vez que os participantes alegam que são discriminados, efectivamente.

No que respeita ao suposto sentimento nacionalista e de que forma esse mesmo sentimento, poderia afectar a vida dos participantes, constatamos que 43,75% dos sujeitos alegam que existe uma cultura nacionalista em Portugal, mas que não sofrem directamente com isso. Chegam, inclusive, a comparar Portugal a outros tantos países em termos de nacionalismo. Neste sentido, não referem se Portugal é mais ou menos nacionalista em comparação com outros países, limitando-se a mencionar que existe, efectivamente, um sentimento nacionalista, enraizado na cultura

de alguns portugueses, mas esta constatação deve-se à falta de conhecimento e/ou contacto com outros países e à generalização do conceito.

Em termos práticos, podemos pegar nestes conceitos teóricos e remetê-los para a realidade social e laboral que os sujeitos estão a viver. Efectivamente, sofrem situações discriminatórias e isso reflecte-se no seu desempenho laboral e, apesar de não terem relatado situações de qualquer tipo de doenças ou stress elevado provenientes do ambiente de trabalho, convém mencionarmos que alguns estudos afirmam existir, por exemplo, uma relação entre racismo, *stress* crónico e variações da pressão arterial dos afro-americanos (Peters, 2006).

Por outro lado, Veling, Hoek e Mackenbach (2008), apresentam resultados, embora que inconclusivos, relativos à existência de uma potencial relação entre a discriminação étnica e o risco de desenvolver esquizofrenia ou outras desordens psicóticas. Os referidos autores ressaltam que apesar de no estudo que fizeram não terem obtido relações entre as variáveis minorias étnicas e risco de desenvolver esquizofrenia, apresentam resultados de outros autores que obtiveram essas mesmas conclusões, sendo que a heterogeneidade destes, se deve aos aspectos específicos das componentes da esquizofrenia que foram estudadas (Veling, Hoek & Mackenbach, 2008, p. 957).

Finalizando, é importante que estudos com este cariz sejam desenvolvidos com mais regularidade, não só para avaliar o estado da sociedade portuguesa, quer em termos legislativos, quer em termos sociais, mas também para podermos actualizar o conhecimento que temos sobre as populações que residem em Portugal, e percebermos em que condições vivem.

Por outro lado, uma vez que o contexto legal é igual para todos os cidadãos que fazem parte do contexto laboral português, dever-se-ia assegurar que as medidas legislativas que estão em vigor sejam respeitadas pelas entidades patronais e pelas entidades reguladoras. Como um dos sujeitos disse a determinada altura, numa das entrevistas, Portugal pode ter sido considerado o primeiro país em termos de políticas de integração, mas esse facto tem que “sair do papel” e ser, efectivamente, aplicado na realidade, para que os princípios como a igualdade de oportunidades sejam respeitados.



## Bibliografia

ACIDI. (2009). *Perguntas frequentes*. Consultado em Novembro 10, 2009, [http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=FAQ&myfaq=yes&id\\_cat=30&categories=Racismo](http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=FAQ&myfaq=yes&id_cat=30&categories=Racismo) em:

ACIDI. (2009). *Racismo/Discriminação: CICDR - Comissão para Igualdade e Contra Discriminação Racial*. Consultado em Janeiro 8, 2010, <http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&file=print&sid=165> em:

ACIDI. (2009). *Relatório da ONU classifica Portugal como o 1º em políticas de integração*. Consultado em Janeiro 23, 2010, <http://www.plataformaimigracao.org/noticias/relat%C3%B3rio-da-onu-classifica-portugal-como-o-1%C2%BA-em-pol%C3%ADticas-de-integra%C3%A7%C3%A3o> em:

Aigner, D. J., & Cain, G. G. (1977). Statistical theories of discrimination in labor markets. *Industrial and labor relations review*, 30 (2), 175-187.

Almeida, M. V. (2008). *Portugal's colonial complex: From colonial lusotropicalism to postcolonial lusophony*. Consultado em Dezembro 21, 2009, <http://site.miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/portugals-colonial-complex.pdf> em:

Amaral, M. (2008). *O portal da história: Cronologia da guerra no ultramar – de 1961 a 1974*. Consultado em Dezembro 19, 2009, <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/guerrafrica/cron1961.html> em:

Auer, S. (1997). *Two types of nationalism in Europe?* Consultado em Janeiro 23, 2010, <http://www.cerc.unimelb.edu.au/bulletin/buldec97.pdf> em:

Augoustinos, M., & Reynolds, K. J. (2001). Prejudice, racism, and social psychology. In M., Augoustinos, & K. J., Reynolds. (Eds.), *Understanding prejudice, racism and social conflict*. London: SAGE Publications.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Billig, M. (1999). *Banal nationalism*. London: SAGE.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (2009). *Legislação nacional: Código do trabalho*. Consultado em Dezembro 24, 2009, [http://www.cite.gov.pt/Legis\\_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Cod\\_Trab](http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Cod_Trab) em:

Dasgupta, N., Hunsinger, M., DeSteno, D., & Williams, L. A. (2009). Fanning the flames of prejudice: The influence of specific incidental emotions on implicit prejudice. *Emotion*, 9 (4), 585-591.

Deschamps, J. C., Vala, J., Marinho, C., Lopes, R. C., & Cabecinhas, R. (2005). Intergroup relations, racism and attribution of natural and cultural traits. *Psicologia Política*, 30, 27-39.

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. (2005). *Convenções da OIT ratificadas por Portugal*. Consultado em Dezembro 24, 2009, <http://www.dgert.mtss.gov.pt/Conteudos%20de%20ambito%20geral/OIT/oit> em:

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

\_convencoes.htm

Duveen, G., & Lloyd, B. (1990). *Social representations and the development of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

Eurobarometer. (2007). *Special eurobarometer n°263: Discrimination in the European union*. Consultado em Dezembro 24m 2009, acedido em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_263\\_sum\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_263_sum_en.pdf).

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. (2009). *Conselho da Europa: Carta social europeia revista*. Consultado em Dezembro 24, 2009, acedido em: [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A\\_2001.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html)

Hitt, M. A., Zikmund, W.G., & Pickens, B. A. (2009). Discrimination in industrial employment: An investigation of race and sex bias among professionals. *Work and occupations*, 9 (2), 217-231.

Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British journal of social psychology*, 45 (1), 65-86.

Jones, J. R., Ni, J., & Wilson, D. C. (2009). Comparative effects of race/ethnicity and employee engagement on withdrawal behavior. *Journal of managerial issues*, 2, 195-215.

Keane, J. (1993). *Nations, nationalism, and the european citizen*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acedido em: [http://www.johnkeane.net/pdf\\_docs/nations\\_nationalism\\_citizens.pdf](http://www.johnkeane.net/pdf_docs/nations_nationalism_citizens.pdf)

Lima, M., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 401-411.

Macedo, A. C. P. (2009). *Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974)*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acedido em: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf)

Martins, M. L. (2004). *Lusofonia e luso-tropicalismo: Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acedido em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins\\_Lusotropicalismo\\_2004.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_Lusotropicalismo_2004.pdf)

Miguel, I., Valentim, J. P., & Carugati, F. (2007). Representações sociais da inteligência e práticas educativas: Apresentação de uma investigação em curso. *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional*, 3, 301-317.

Miguel, I., Valentim, J.P., & Carugati, F. (2007). Representações sociais da inteligência e práticas educativas: Apresentação de uma investigação em curso. *Percursos da investigação em psicologia social e organizacional*, 3, 301-317.

Moscovici, S. (2000). *Social representations: Explorations in social psychology*. Oxford: Polity Press.

Pager, D., Western, B., & Bonikowski, B. (2009). Discrimination in a low-wage labor market: A field experiment. *American Sociological Review*, 74 (5), 1-49.

Peters, R. M. (2006). The relationship of racism, chronic stress  
As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social  
português

emotions, and blood pressure. *Journal of nursing scholarship*, 38, (3), 234-239.

PNUD. (2009). *Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. Consultado em Dezembro 19, 2009, acessado em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Summary\\_rev.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Summary_rev.pdf)

Reiter, B. (2008). The perils of empire: Nationhood and citizenship in Portugal. *Citizenship Studies*, 12 (4), 397-412.

Relatório de Desenvolvimento Humano. (2009). *Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimentos humanos*. Coimbra: Edições Almedina.

Sousa, H. (2005). *The mobilization of the “Lusophony” concept: The case of RTP international channels*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acessado em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3073/3/Sousa2005\\_IAMCR.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3073/3/Sousa2005_IAMCR.pdf)

Sousa, H., & Pinto, M. (1999). *Lusophony: Communication in the portuguese speaking world*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acessado em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2707/1/hsousa\\_mpinto\\_LusofoniaICA\\_1999.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2707/1/hsousa_mpinto_LusofoniaICA_1999.pdf)

Stewart, L. D., & Perlow, R. (2001). Applicant race, job status, and racial attitude as predictors of employment discrimination. *Journal of Business and Psychology*, 16 (2), 259-275.

Suaréz, A. A., González, D. G., Pérez, E. R., Porthé, V., Pérez, G. P., García, A. M., & Garí, A. (2009). Discrimination, work and health in immigrant populations in Spain. *Social Science & Medicine*, 68, 1866-1874.

UN. (2009). *Charter of the united nations. Introductory note*. Consultado em Dezembro 19, 2009, acessado em: <http://www.un.org/en/documents/charter/intro.shtml>

Vala, J., & Cardoso, A. T. (2007). *Contextos e atitudes sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*, 84 (82), 287-302.

Valentim, J. M. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos*. Tese de Doutoramento. FPCE-UC.

Valentim, J. M. P. (2005). Sobre Gilberto Freyre e a “adversidade ao mestiçamento”. *Iberpsicologia: Revista Electrónica de la Federación española de Asociaciones de Psicología*, 10 (5).

Valentim, J. P. (1997). *Escola, igualdade e diferença*. Porto: Campo das letras.

Vários (2006). *O “pseudo-arrastão” de Carcavelos: Documentos - Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)*. Consultado em Abril 23, 2009, acessado em <http://www.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/ARRASTAO.pdf>

Veling, W., Hoek, H., & Mackenbach, J. (2008). Perceived discrimination and the risk of schizophrenia in ethnic minorities. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, (43), 953-959.

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português

Vieira, C., & Anes, L. (2006). *O nacionalismo*. Consultado em Dezembro 21, 2009, acedido em: <http://sol.sapo.pt/blogs/verbapolitici/archive/2006/10/22/O-Nacionalismo.aspx>

Wadsworth, E., Dhillon, K., Shaw, C., Bhui, K., Stansfeld, S., & Smith, A. (2006). Racial discrimination, ethnicity and work stress. *Organizational medicine*, 57, 18-24.

Zick, A., Pettigrew, T. F., & Wagner, U. (2008). Ethnic prejudice and discrimination in Europe. *Journal of Social Issues*, 6 (2), 233-251.

**Anexos**

As representações sociais de africanos sobre a discriminação no contexto laboral e social português  
Luís Felipe Pina Tavares (e-mail: [luisftavares@gmail.com](mailto:luisftavares@gmail.com)) 2010

## Quadro nº 1 - Guião de entrevista

### DADOS BIOGRÁFICOS

Data da entrevista:

Nome do entrevistado:

Idade:

Profissão:

Duração da entrevista:

### QUESTÕES

Há quanto tempo reside em Portugal?

Considera existir ainda, nos tempos que correm, discriminação racial no trabalho e na sociedade portuguesa?

O que sente quando observa colegas seus a serem discriminados no posto de trabalho?

- E você, já passou por alguma situação de discriminação? Que género de atitudes, emoções e comportamentos lhe despertou?
- Considera que os portugueses são nacionalistas e racistas, tentando dominar as minorias?
- Em que medida isso afecta ou afectou a sua vida laboral?

Aquando da entrevista para a candidatura a determinado posto de trabalho, considera que por ser africano, foi penalizado na mesma?

- Se sim, que atitudes, sentimentos e emoções sentiu? Qual a sua perspectiva sobre esse facto?
- Se não, tem conhecimento de alguém que tenha sido? Que sentimentos descreveu?

Aquando da entrada no mercado de trabalho português, foi remetido para um mercado informal/ilegal, “satisfazendo” as suas necessidades (económico-financeiras) e da entidade empregadora, ou o processo de legalização decorreu de forma acessível?

Que tipo de dificuldades sentiu/se deparou para obter o visto/certificado de residência?

Relativamente ao seu emprego, alguma vez sentiu pressões, alienação, ou discriminação racial por parte dos colegas de trabalho?

E em relação à própria entidade empregadora?

- Se sim, que tipo de discriminação sofreu? (e.g. insultos/desqualificações/desvalorizações; excessiva carga de trabalho; atribuição injusta de tarefas, entre outros).

Alguma vez teve medo de se defender de algum tipo de acusação injusta, no contexto laboral e/ou social, por medo de sofrer represálias de terceiros? (*ou seja, o seu patrão ou colegas de trabalho já o acusaram de algo que não fez?*)

Como lida/ou com essas situações?

Na sua opinião, existe discriminação no trabalho contra os africanos?

- Se sim, como se manifesta?

E relativamente a si?

Considera que existe menos discriminação em Portugal do que nos outros países da Europa? Explique.

Qual é que acha que é a opinião dos africanos em geral, relativamente aos portugueses? Explique.

**Quadro nº 2. Dimensões e categorias respectivas**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social</b>	<b>Representações sociais da lusofonia, luso-tropicalismo: o papel dos laços estabelecidos</b>	<b>Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos</b>
<b>CATEGORIAS</b>	Discriminação Questões da cor da pele Entidade patronal Preconceito Evitar confronto/contacto Questões burocráticas e legislativas Ignorância Diferença Insultos Raça Racismo	Convivência Mentalidade dos portugueses “Complexo de superioridade” Manifestações comportamentais “Brincadeiras” Sentimentos	Nacionalismo português Domínio das minorias Segregação Naturalidade Designação “Africanos”



Quadro nº 3. Categorias, componentes e exemplos da Dimensão I – Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social

Dimensão I		
Categorias	Componentes	Exemplos
DISCRIMINAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Manifestações</li> <li>· “Sim”</li> <li>· “Talvez”</li> <li>· “Um pouco”</li> <li>· “Considero”</li> <li>· Faixa etária mais discriminatória</li> <li>· Opiniões</li> <li>· Estratégias adoptadas</li> <li>· Contexto laboral</li> <li>· Sociedade</li> <li>· Localizações geográficas</li> </ul>	<p>“e quanto mais <b>escuros</b>, mais há <b>discriminação</b>”</p> <p>“neste momento não sinto de perto, mas sinto mais pelo meu filho...eu penso que a <b>discriminação</b> que eu sinto é mais pela parte do que ele sofre. Pela forma como os colegas o tratam, e aquela coisa de chamar “<b>o preto aqui o preto acolá</b>”</p> <p>“é assim, vou falar de <b>discriminação</b> aqui no <b>trabalho</b>”</p> <p>“ya, <b>discriminação</b> existe <b>em toda a parte</b>”</p> <p>“estava para subir a chefe, e acredito que fui <b>discriminada</b> nesta parte.”</p> <p>“senti-me claramente <b>discriminada</b>”</p> <p>“<b>sim, considero</b>. Se calhar é pela maneira de ver das pessoas”</p> <p>“<b>existe</b> mais, nas pessoas, nas <b>pessoas idosas</b>, aí é que se vê mais”</p> <p>“sei que <b>existe</b>, como <b>existe em todo o mundo</b>”</p> <p>“no <b>trabalho</b> penso que vai sempre <b>existir</b>”</p> <p>“pelo menos enquanto houver <b>raças</b>, vai <b>sempre existir</b>”</p> <p>“fui ao <b>norte, a Sabrosa</b>. E pronto, é daquelas zonas onde há, é <b>uma comunidade</b>, uma aldeia fechada, onde raramente vêm muitos</p>

		<p>poucos <b>africanos</b>”</p> <p>“ou então há <b>zonas</b> que, zonas e partes que eles dão <b>preferência à raça branca</b>, estás a ver?”</p> <p>“as pessoas da <b>zona</b> centro estão a ficar mais abertas do que em relação à <b>zona sul</b>, ou norte, sul tipo zona centro sul, tipo <b>Lisboa</b> para baixo ou que, a mente ali, o pessoal chega ali é <b>totalmente diferente</b>”</p> <p>“porque, praticamente tudo o que era postos de trabalho, com trabalho que as pessoas gostavam, <b>afastavam-nos de lá</b>”</p>
<b>RACISMO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Manifestações</li> <li>· Faixa etária problemática</li> <li>· Onde se manifesta</li> <li>· Alusão à existência, nos tempos que correm, deste fenómeno</li> </ul>	<p>“a palavra <b>racismo</b>, comecei a ouvir aqui, em Portugal”</p> <p>“discutimos um pouco e veio aquele acto de <b>racismo</b>... e ele tipo, deu aquela explicação, “vai para a tua terra, vai para a tua terra <b>preto</b>, isso não é a tua terra”</p> <p>“por mais que não faltes ao respeito às pessoas, vai haver sempre pessoas com essa <b>visão</b> [racismo]”</p> <p>“eu acho que há <b>racismo</b> em toda a raça”</p> <p>“já a malta mais geral, devido à convivência com os nossos povos, já se nota uma maior aceitação... Não noto aquele <b>racismo</b> como no idoso”</p>
<b>QUESTÕES DA COR DA PELE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Referência usual dos portugueses relativamente aos africanos como sendo pessoas de “cor”</li> <li>· Problemas provenientes por se ser “uma</li> </ul>	<p>“estava mesmo a referir-se <b>à cor</b>”</p> <p>“entro no táxi e o taxista começa logo a falar <b>de cor</b>, diferenças”</p> <p>“tenho amigos que tentam nas lojas de roupa,</p>

	<p>pessoa de cor”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Influência da cor</li> <li>· Consequências provenientes desse aspecto</li> <li>· Impacto na vida dos africanos</li> <li>· Sentimentos negativos dos africanos</li> <li>· Expressão “preto”</li> <li>· Expressão utilizada regularmente pelos portugueses</li> <li>· Expressão utilizada, também, pelos africanos</li> <li>· Designação atribuída aos africanos</li> <li>· Demonstração de características “negativas e pejorativas” (parte física)</li> </ul>	<p>não deixam. Podem ter boa <b>aparência</b> e <b>não deixam</b> por causa da <b>cor</b>”</p> <p>“as pessoas são valorizadas não só pelo trabalho que fazem mas <b>pela cor</b>”</p> <p>“mas os clientes tratam-nos de maneira diferente por causa <b>das cores</b>”</p> <p>“talvez a questão da <b>cor</b> da pele <b>influencia</b>”</p> <p>“<b>infelizmente</b> por causa da cor da <b>pele</b>”</p> <p>“despacha <b>os pretos</b>”</p> <p>“vai para a tua terra <b>preto</b>”</p> <p>“muitos gozam de chamar de <b>preto</b>”</p> <p>“limpar chão é trabalho para <b>pretos</b>”</p> <p>“o facto de ser <b>africano</b> a gente sente na <b>pele</b>”</p> <p>“porque tento mostrar todos os dias que não <b>existe questão da pele</b>”</p>
<p><b>ENTIDADE PATRONAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Discriminação por parte da entidade patronal</li> <li>· Dificil aceitação</li> <li>· Quebra da hierarquia</li> <li>· Tipos de trabalho atribuído</li> <li>· Atribuição desigual de tarefas</li> <li>· Sobrecarga de trabalho</li> </ul>	<p>“ah, é assim, nós sabemos que o mundo é capitalista e os <b>patrões</b> não vêm o lado humano”</p> <p>“depende de <b>gerente</b>. Há <b>gerente</b> que pega no currículo e se não rasga, fica como arquivo”</p> <p>“já me aconteceu aqui.. mas isso acontecia com todos os <b>africanos</b>, com aquela <b>gerente</b> toda a gente tinha queixas.”</p> <p>“eles vão à procura de trabalho onde sabem... que é esse <b>tipo de trabalho, cinemas, restaurantes</b>”</p> <p>“quando havia tínhamos que <b>substituir</b> a pessoa da <b>copa ou da cozinha</b>, mandavam-me a <b>mim</b> ou à <b>minha colega cabo-verdiana</b>”</p>

		<p>“ou <b>estávamos todos na cozinha</b>, ou então às vezes estávamos na <b>sala</b>”</p> <p>“nas cantinas acontecia a mesma coisa, os <b>africanos</b> eram os que <b>estavam sempre na copa</b>”</p>
<b>PRECONCEITO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Opinião de alguns sujeitos relativamente aos portugueses</li> <li>· Classificação pejorativa relativamente aos portugueses</li> </ul>	<p>“pode acontecer com africanos, com povos de leste, com os chineses porque estão a absorver o mercado... acho que é <b>preconceito</b> relativamente aos estrangeiros em geral.</p> <p>“não os considero racistas, considero mais <b>preconceituosos</b> [os portugueses]”</p>
<b>EVITAR CONFRONTO/CONTACTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Evitamento dos portugueses</li> <li>· Postura na vida</li> <li>· Forma de enfrentar as adversidades</li> </ul>	<p>“é mais o olhar de lado. Já se ouve poucas bocas agora.. não dá para dizer mesmo.. é o estar de lado.. <b>evitar o contacto</b>.. isso..”</p> <p>“tentamos <b>evitar</b> o máximo possível”</p> <p>“por isso <b>evitei</b>, mas faltava pouco, pronto <b>evitei</b>”</p>
<b>QUESTÕES BUROCRÁTICAS E LEGISLATIVAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Entraves e bloqueios burocráticos</li> <li>· Problemas em arranjar trabalho e vistos de residência</li> <li>· Desigualdade social</li> <li>· Demasiada burocracia</li> <li>· SEF</li> <li>· Autorizações</li> </ul>	<p>“ é uma <b>lei discriminatória</b>”</p> <p>“eu acho que mesmo nos <b>títulos de residência</b>, e esta nova <b>lei de trabalho</b> que existe, <b>dificulta muito a vida</b>”</p> <p>“<b>para trabalhar é preciso</b> aquela coisa agora do <b>SEF</b> e os <b>portugueses</b> conseguem mais <b>facilmente</b>”</p> <p>“agora tens de fazer um pedido, tens de entregar uns <b>documentos mais</b>”</p> <p>“e <b>autorizações</b> para trabalhar”</p> <p>“o facto de o <b>estrangeiro</b> ter ou não no visto ter <b>autorização para trabalhar</b> ou não tem autorização para trabalhar, eu posso não o</p>

<b>contratar”</b>		
<b>IGNORÂNCIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ignorância generalizada</li> <li>· Maldade inerente</li> <li>· Estratégias adoptadas</li> </ul>	<p>“acho <b>ignorância</b> das pessoas. É natural haver várias cores. Pretos, brancos, sei lá”</p> <p>“eu acho é que ainda existe muitos preconceitos contra coisas sem importância. <b>99,999% é ignorância</b>”</p> <p>“a pessoa que tentar <b>esse acto</b> é um <b>ignorante</b>”</p> <p>“prefiro não chamar <b>ignorância</b>, porque eu acho que os outros não são menos <b>ignorantes</b>”</p> <p>“<b>ignorante</b> é uma <b>coisa</b>, <b>racista</b> é <b>outra</b>”</p> <p>“foi passando e fui <b>ignorando</b>”</p>
<b>DIFERENÇA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Incapacidade para lidar com a diferença</li> <li>· Comunicação diferente para com os africanos</li> <li>· Realce imediato de diferenças entre raças</li> <li>· Imagem dos africanos como diferentes</li> <li>· Realce da “diferença” física</li> <li>· Sentimento de inferioridade</li> </ul>	<p>“não estão preparados para lidar com a <b>diferença</b>”</p> <p>“entro no táxi e o taxista <b>começa logo a falar</b> de cor, <b>diferenças</b>”</p> <p>“é sempre alguma <b>diferença</b> na <b>forma</b> como as pessoas <b>falam</b>”</p> <p>“talvez tenham <b>uma ideia de nós diferentes</b>”</p>
<b>INSULTOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desqualificações</li> <li>· Insultos verbais</li> <li>· Ofensas</li> <li>· Rótulos</li> </ul>	<p>“<b>esses macacos</b>, não sei quê.. <b>mandem esses macacos</b> fazer isso”</p> <p>“chamam-no de <b>macaco</b>”</p> <p>“assim <b>bocas</b> e essas coisas, indirectas..”</p> <p>“sim, nos <b>insultos quase sempre</b>. Insultos como, “<b>isso é trabalho para pretos</b>”</p>

## RAÇA

- Expressão “branco”
  - Designação utilizada pelos africanos para referirem-se aos portugueses
  - Insultos
  - Fonte de racismo e discriminação
  - Diferenciação
  - “Raça branca”
  - Benefício dos portugueses
  - Desigualdade social
  - “Raça negra”
  - Discriminação evidente
  - Dificil aceitação e compreensão
- “**brancos** portugueses”  
“mesmo **brancos** e pretos são **diferentes**”  
“ai pensei que fosse **branco**”  
“ah, aquele **branquela**”  
“ou então há zonas que, zonas e partes que eles dão **preferência** à **raça branca**”  
“**de certeza que não acontecia** com um outra pessoa de **raça branca**”  
“**antigamente** ver uma pessoa de **raça negra**, era um **choque**”  
“é aquele **complexo** de **não entrar no mesmo elevador** que a pessoa **da raça negra**”

Quadro nº 4. Categorias, componentes e exemplos da Dimensão II – Representações sociais da lusofonia, luso-tropicalismo: o papel dos laços estabelecidos

Dimensão II		
Categorias	Componentes	Exemplos
CONVIVÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Faixa etária problemática</li> <li>· Aceitação</li> <li>· População mais jovem</li> <li>· Primeira impressão</li> <li>· Papel da história</li> </ul>	<p>“e à partida por exemplo, nos mais antigos, nota-se mesmo, já a <b>malta mais geral</b>, devido à <b>convivência com os nossos povos</b>, já se nota uma maior <b>aceitação</b>”</p> <p>“se calhar à primeira não nos identificamos, mas quando <b>convivemos</b> com elas, até começamos a gostar.”</p> <p>“só conhecemos a nossa raça e o problema de Portugal é que nunca <b>conviveram</b> com negros e nos lá como sempre <b>convivemos</b> com branco”</p>
MENTALIDADE DOS PORTUGUESES	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Mentalidade pouco aberta</li> <li>· Tendência a mudar</li> <li>· Importância da faixa etária</li> <li>· Impacto desta no trabalho</li> </ul>	<p>“muitas pessoas têm uma <b>mentalidade muito fraca</b>”</p> <p>“mas, <b>algumas pessoas</b> tem mesmo que <b>mudar</b> de mentalidades”</p> <p>“ah, tem havido uma <b>mudança de mentalidade</b>”</p> <p>“sempre foi com <b>chefes jovens</b> e são pessoas com uma <b>mentalidade mais aberta</b>”</p>
“COMPLEXO DE SUPERIORIDADE”	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Traço característico</li> <li>· Impacto do mesmo</li> <li>· Consequências</li> <li>· Discriminação por parte dos clientes</li> </ul>	<p>“os clientes, olham-nos com muito complexo de <b>superioridade</b>”</p> <p>“tinha uma certa, uma certa... um <b>ar de superioridade</b>”</p>

<p><b>MANIFESTAÇÕES COMPORTAMENTAIS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Novas formas de discriminação</li> <li>· Novas tendências</li> <li>· Forma como se trata o próximo</li> <li>· Motivos e explicações</li> <li>· Estereótipos</li> <li>· Atitudes</li> <li>· Forma de racismo não verbal</li> <li>· Sinais corporais</li> </ul>	<p>“sinto <b>olhares mais profundos</b>”  “<b>olha</b> de baixo a cima”  “as pessoas <b>olham</b> para o outro como diferentes”  “pode haver <b>algumas pessoas que olham de lado</b>”  “há aqueles que <b>olham de lado..</b>”  “é mais o <b>olhar de lado</b>”  “mas os clientes <b>tratam-nos de maneira diferente por causa das cores</b>”  “assim, algumas pessoas <b>tratam os africanos da mesma forma</b>, tipo são todos assim, são todos <b>bandidos</b>, são todos isto e são todos aquilo”  “isto porque <b>a frustração</b> pode levar a dizer coisas preconceituosas e a terem <b>atitudes</b> a relativamente a determinadas classes”</p>
<p><b>“BRINCADEIRAS”</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Formas diferentes de expressar a discriminação</li> <li>· Ofensas camufladas</li> <li>· Brincadeiras de mau gosto</li> <li>· Novos tipos de racismo</li> </ul>	<p>“tipo <b>brincadeiras</b>, mas que na verdade, sabemos que não são brincadeiras”  “olha, por acaso tenho uma colega que diz “ai eu não gosto de pretos”, na <b>brincadeira</b> não é? eu nem ligo”</p>



## SENTIMENTOS

- “Mal”
- “Triste”
- “Chateado”
- Revolta
- Rancor
- “Frios”
- Choque
- Vergonha
- Raiva
- Inveja
- Características dos portugueses

“**sinto-me mal**, é natural”

“**sinto-me triste**, quando isso acontece”

“não fiquei **revoltado**, mas fiquei **triste**”

“eles ficam **revoltados** mas é uma coisa que sabem que acontece sempre”

“relativamente ao senhor, fiquei um bocado **chateado**”

“são coisas que **chateiam**”

“já **senti** isso na pele”

“os **sentimentos** são frios”

“não têm **sentimentos**”

“comecei a **sentir ameaças**”

“claro que é **triste e chocante**”

“sou preto, não sinto **diferenças**, não **sinto raiva, não sinto vergonha, inveja**, de ser preto”

Quadro nº 5. Categorias, componentes e exemplos da Dimensão III – Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos

Dimensão III		
Categorias	Componentes	Exemplos
NACIONALISMO PORTUGUÊS	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Sim</li> <li>· Não</li> <li>· “Alguns”</li> <li>· Impacto</li> </ul>	<p>“já senti isso. Porque, há muito daquelas coisas que.. que já não me lembro bem. <b>Sei que não é o Paulo Portas</b>, ou assim... disse que não quer cá <b>pretos</b> e pessoal de leste.. não é? Ele fala como se a imagem dele fosse <b>xenófoba</b>”</p> <p>“não, nesse aspecto acho <b>que não</b>”</p> <p>“<b>alguns</b> são, assim como em todos os países há sempre alguém que seja”</p>
DOMÍNIO DAS MINORIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Sim</li> <li>· Não</li> <li>· Pressões</li> <li>· Alienação</li> <li>· Ilusão de domínio</li> <li>· Papel da entidade patronal</li> </ul>	<p>“às vezes há pessoas, <b>o pessoal tem que deixar pensar que está a dominá-lo</b>, mas eu tenho o meu objectivo”</p> <p>“agora <b>domínio, sim</b>, podes dizer que se há segregação há <b>domínio</b>”</p> <p>“tem que pensar que está a <b>dominar</b>”</p> <p>“é assim, a mim <b>ninguém me domina</b>, nem mesmo cabo-verdianos, nem portugueses”</p>
SEGREGAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Afastamento</li> <li>· Alienação</li> </ul>	<p>“é <b>segregação</b>, entendes?”</p> <p>“os portugueses criam <b>segregação</b>, os portugueses <b>não se aproximam</b>”</p> <p>“se se <b>aproximam</b> é porque [risos] querem tirar algum proveito”</p>

<p><b>NATURALIDADE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Sentimento nacionalista</li> <li>· Verbalização</li> <li>· Pretensão</li> <li>· Designação “estrangeiro”</li> <li>· Designação das raças residentes em Portugal</li> <li>· Discriminação para com os estrangeiros em geral</li> </ul>	<p>“vai para a tua <b>terra</b> preto”  “ah vens lá da tua <b>terra</b>”  “ah, na <b>terra</b> deles, não sei se é lavar batatas”  “só por ser <b>estrangeiro</b>”  “acho que é preconceito aos <b>estrangeiros</b> em geral”  “<b>estrangeiros</b>, não entram nessa área. Africanos não”</p>
<p><b>DESIGNAÇÃO “AFRICANOS”</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Utilização mais regular pelos africanos com o objectivo de indicar algo</li> <li>· Referência a um grupo específico</li> <li>· Fenómeno emergente de “Racismo invertido”</li> <li>· Alusão a um grupo desfavorecido</li> <li>· Expressão menos pejorativa</li> </ul>	<p>“estrangeiros, não entram nessa área. <b>Africanos</b> não”  “hoje, nota-se que se está a começar a sentir um <b>racismo invertido</b>. Os <b>africanos</b> estão a discriminar os portugueses. Mas isto é devido a uma não <b>explicação fundamentada dos portugueses</b> acerca do racismo contra os <b>africanos</b>”  “tratam os <b>africanos</b> da mesma forma”  “os <b>africanos</b> estão a discriminar”  “o racismo é contra todos os <b>africanos</b>”  “<b>quando éramos nos a receber a refeição, eles davam mais comida porque achavam que nos estávamos mais magrinhos e necessitados</b>, tínhamos que comer mais, tínhamos que engordar. E as vezes esquecem-se que as pessoas são assim”</p>

**Quadro nº 6. Frequência das categorias e percentagem de sujeitos que enunciam as categorias da Dimensão I – Representações sociais da discriminação racial no contexto laboral e social**

<b>Dimensão I</b>											
<b>NI</b>	<b>Racismo</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Questões da cor da pele</b>	<b>Entidade patronal</b>	<b>Preconceito</b>	<b>Evitar confronto/contacto</b>	<b>Diferença</b>	<b>Ignorância</b>	<b>Questões burocráticas e legislativas</b>	<b>Insultos</b>	<b>Raça</b>
<b>1</b>	7	5	5	7	0	0	3	4	0	1	0
<b>2</b>	2	9	4	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>3</b>	12	7	6	7	0	4	0	2	1	0	8
<b>4</b>	9	3	26	7	0	0	1	0	0	4	2
<b>5</b>	1	4	0	4	0	1	3	0	4	0	11
<b>6</b>	5	5	26	1	0	1	5	0	0	0	3
<b>7</b>	7	6	33	7	2	0	1	0	0	0	3
<b>8</b>	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>9</b>	5	5	7	2	0	3	5	0	0	7	3
<b>10</b>	2	2	7	4	0	1	2	1	0	0	0
<b>11</b>	5	3	11	0	0	0	0	0	0	2	0
<b>12</b>	1	2	4	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>13</b>	10	5	5	2	0	0	1	0	0	0	3
<b>14</b>	10	23	16	10	11	0	1	1	19	0	5
<b>15</b>	4	3	1	0	3	0	4	0	1	0	0
<b>16</b>	11	3	27	0	1	6	1	7	0	0	12
<b>Total de ocorrências</b>	<b>94</b>	<b>86</b>	<b>178</b>	<b>51</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>53</b>
<b>Percentagem de indivíduos</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>81,25</b>	<b>62,5</b>	<b>25</b>	<b>37,5</b>	<b>68,75</b>	<b>31,25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>75</b>

**Quadro nº 7. Frequência das categorias e percentagem de sujeitos que enunciam as categorias da Dimensão II – Representações sociais da lusofonia, luso-tropicalismo: o papel dos laços estabelecidos**

NI	Dimensão II					
	Sentimentos	“Brincadeiras”	Convivência	Mentalidade dos portugueses	“Complexo de superioridade”	Manifestações comportamentais
1	7	0	0	1	4	3
2	3	8	0	0	0	2
3	0	0	0	0	0	0
4	7	1	0	0	0	0
5	0	0	0	0	1	0
6	6	0	1	3	0	0
7	5	2	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	5
9	1	0	1	0	0	3
10	0	0	0	0	0	0
11	1	0	0	0	0	1
12	1	1	0	0	0	0
13	2	0	2	3	0	0
14	3	0	4	1	0	2
15	1	1	0	0	1	1
16	1	0	1	1	0	1
<b>Total de ocorrências</b>	<b>38</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>18</b>
<b>Percentagem de indivíduos</b>	<b>75</b>	<b>31,25</b>	<b>31,25</b>	<b>31,25</b>	<b>18,75</b>	<b>50</b>

**Quadro nº 8. Frequência das categorias e percentagem de sujeitos que enunciam as categorias da Dimensão III – Representações sociais do nacionalismo: impacto na vida dos africanos**

<b>Dimensão III</b>					
<b>NI</b>	<b>Designação “Africanos”</b>	<b>Segregação</b>	<b>Domínio das minorias</b>	<b>Nacionalismo português</b>	<b>Naturalidade</b>
<b>1</b>	14	4	5	0	0
<b>2</b>	4	0	1	0	0
<b>3</b>	5	0	1	1	4
<b>4</b>	12	1	1	1	0
<b>5</b>	6	0	1	0	0
<b>6</b>	0	0	1	0	0
<b>7</b>	2	0	1	0	5
<b>8</b>	0	0	0	1	1
<b>9</b>	5	0	1	1	2
<b>10</b>	4	0	1	0	0
<b>11</b>	5	0	1	0	0
<b>12</b>	0	0	0	1	0
<b>13</b>	8	0	0	0	0
<b>14</b>	11	0	0	0	12
<b>15</b>	2	0	0	1	0
<b>16</b>	19	0	0	1	2
<b>Total de ocorrências</b>	<b>97</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>26</b>
<b>Percentagem de indivíduos</b>	<b>81,25</b>	<b>12,5</b>	<b>56,25</b>	<b>43,75</b>	<b>25</b>